



**CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 23/2009  
REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DE  
21-12-2009**

*“Nos termos do art.º 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as actas são publicitadas na integra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.*



**LOCAL** - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

**DATA** - 21-12-2009 -----

A reunião iniciou-se com a presença de:-----

**PRESIDENTE** - João Albino Rainho Ataíde das Neves

**VICE-PRESIDENTE** - Carlos Ângelo Ferreira Monteiro

**VEREADORES** - Maria Teresa de Figueiredo Viana Machado

- Vítor Manuel Silva Coelho

- Luís Miguel Pereira de Almeida

- Maria Isabel Maranha Nunes Tiago Cardoso

- João Armando Pereira Gonçalves

- António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares

- Vítor Manuel Silva Guedes

**ABERTURA DA REUNIÃO** - Eram quinze horas e trinta minutos, deu-se início à reunião, sendo a mesma secretariada pelo Director do Departamento Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, Victor Manuel Tavares da Silva Pereira, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Maria Helena Ramos Pereira.-----

O Presidente deu início à reunião com o período da ordem do dia, em cumprimento do art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República.-----

**ORDEM DO DIA**

**1 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**1.1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009**

A acta da reunião ordinária do dia 02 de Dezembro de 2009, depois de lida, foi posta à discussão e aprovada por maioria, com sete votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Vítor Guedes, do Movimento "Figueira 100%", e João Armando, do Partido Social Democrata, por não terem estado presentes na referida reunião.-----

**1.2 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - MOÇÃO APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

Pelos Vereadores do Partido Social Democrata, foi presente uma Moção, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que a seguir se transcreve:-----

«O n.º 2 do artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas, a Lei n.º 5/2004,



de 10 de Fevereiro, veio criar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a qual gizou nos seguintes termos: "Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)". E ainda, nos seguintes termos. "A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município".-----

Ora em harmonia com a Lei Geral Tributária - o Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro - bem como a Jurisprudência e a Doutrina dominantes, o conceito de taxa implica, tecnicamente, a contraprestação de um serviço público em concreto ou a utilização de um bem do domínio público.-----

Assim sendo, em face do que antecede, não deverão ser os clientes das empresas de telecomunicações, consumidores finais dos seus serviços, a suportar os custos, como sujeitos passivos, da TMDP - pois não resulta, de todo, para eles qualquer contraprestação ou direito de utilização do domínio público - mas, antes, as respectivas empresas de telecomunicações que ocupam o subsolo municipal com as suas infra-estruturas.-----

Nestes termos, a Câmara Municipal da Figueira da Foz, reunida em 15 de Dezembro de 2009, delibera:-----

a) Recomendar à Assembleia da República que proceda à alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, no sentido de que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) passe a ser paga pelas empresas operadoras de telecomunicações e não pelos seus consumidores finais;-----

b) Enviar ao senhor Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares;-----

c) Enviar ao senhor Secretário de Estado da Administração Local e a ANMP."-----

Uma vez que nenhum dos membros da Câmara Municipal quis intervir, o Presidente colocou a moção a votação.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da moção apresentada pelos Vereadores do Partido Social Democrata.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----



#### 4.3 - DIVISÃO FINANCEIRA

##### 4.3.1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010-2013 E ORÇAMENTO PARA 2010

Pelo Presidente foram apresentadas as Grandes Opções do Plano para 2010-2013 e o Orçamento para o ano de 2010, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão Financeira - Secção de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Foi também presente a proposta de orçamento do Município da Figueira da Foz para o ano de 2010 documento que se dá aqui por integralmente reproduzido constituindo o anexo número um à presente acta.-----

O Presidente iniciou a sua intervenção que se transcreve:-----

“O ano 2010 marca o início do novo executivo autárquico 2009/2013, tendo os cidadãos do concelho da Figueira da Foz entendido dar um novo rumo à gestão do Município.-----

O Orçamento Municipal constitui um instrumento de previsão essencial para a gestão do Município, devendo de forma clara estabelecer uma previsão das receitas e despesas para o espaço de tempo em que irá ser aplicado.-----

Nesse quadro, o Orçamento da Câmara para 2010 e as Grandes Opções do Plano para 2010, são documentos estratégicos para o bom e regular funcionamento do Município, tendo sido elaborados após análises sequenciais de gestão, considerando os projectos lançados e os compromissos assumidos em anos anteriores.-----

O Orçamento agora apresentado para o exercício de 2010 é, naturalmente, um orçamento de transição, tendo em conta três princípios orientadores fundamentais:-----

- A continuidade dos investimentos em curso;-----
- A inscrição de novos investimentos, privilegiando aqueles que têm apoio financeiro (nacional ou comunitário) assegurado;-----
- O exercício de base zero na orçamentação da despesa corrente e a reavaliação, tão exaustiva quanto possível, da valia e exequibilidade dos mais significativos investimentos previstos.-----

Por outro lado, a actual situação económica e financeira, quer no plano nacional quer no plano internacional, justificam:-----

- a não previsão de níveis de desenvolvimento económico e, como tal, a não verificação, no curto e médio prazo, de um crescimento significativo das receitas municipais;-----



- a impossibilidade da manutenção de políticas e práticas despesistas, com recurso ao sobre-endividamento, como as que se têm verificado na CM da Figueira da Foz, que entre Outubro de 2008 e Outubro de 2009 viu a sua Estrutura do Passivo de Curto e Médio e Longo Prazos evoluir de 64.459.072,00 € para 69.326.524,00 € ( 4.867.452,00 €, + 7,55% no período de um ano).-----  
Mais se salienta que a grave situação financeira do município e o processo de saneamento financeiro a levar a cabo durante o próximo ano, condicionaram a inscrição de novas despesas, adiaram intenções de investimento e exigiram uma contenção das despesas correntes e de capital.-----  
De forma sumária, o Orçamento Municipal para 2010 é o seguinte:-----

Orçamento para 2010 (Unidade: euros)			
Receitas Correntes	34.720.000,00	Despesas Correntes	34.680.000,00
Recitas de Capital	33.360.000,00	Despesas de Capital	33.400.000,00
	68.080.000,00		68.080.000,00

Assim:-----  
1. O Orçamento para 2010, no valor global de 68.080.000€, é inferior ao orçamento revisto de 2009 em cerca de 12.252.411€ (80.332.411€), ou seja, cerca de 15% e inferior ao orçamento inicial em 7.174.000€ (75.254.000), ou seja, cerca de 9,25%.-----  
2. A Delegação de Competências a transferir em 2010 para as dezoito Juntas de Freguesia representa uma transferência de verbas de cerca de 752.000€, inferior a 2009 que foi de 800.000€, ou seja, cerca de 6%.-----  
Em termos de despesas de investimento, no quadro das Grandes Opções do Plano, verifica-se uma redução de cerca de 17%, passando de um valor de 35.600.000€ em 2009 para um valor de 29.331.850€. Neste quadro, destaque-se o particular reforço do investimento em matéria de educação, com um aumento da verba afecta em cerca de 4.200.000€, o que representa um acréscimo de 83%.-----  
Refira-se que para a elaboração das Grandes Opções do Plano foi indispensável o envolvimento de todos os autarcas, tendo sido analisadas de forma exaustiva a relevância dos investimentos inscritos e as respectivas prioridades de execução.  
3. Em termos de despesa corrente, tendo em vista obter economias em custos fixos, aquisições de bens e serviços e demais rubricas, sempre numa perspectiva de optimização dos diferentes recursos humanos e materiais, com a contenção das respectivas despesas, obteve-se um valor de 23.504.459,33 € para 2010, a que acresce o valor de 11.175.540,67 € de dívida transitada de 2009, perfazendo um



total de 34.680.000,00 € de despesa corrente - menos 2,98% que a constante do orçamento inicial de 2009 e menos 15,02% face à sua revisão.-----

A despesa corrente sofre, pois, cortes significativos: 1 milhão de euros face à previsão de 2009 (3%) mas em relação ao executado até Outubro de 2009, reduz-se 6,1 milhões de euros, ou seja 15%.-----

Trata-se de um corte evidente em relação aos dois mandatos anteriores, em que a despesa corrente subiu cerca de 11% e 8%.-----

A despesa com pessoal baixa, em comparação de previsões, (2009/2010) 500.000€, ou seja, 4,2%, mas em relação ao executado de 2010 baixa 1.200.000€ ou seja 9,5%.-----

A despesa em *aquisição de bens e serviços* baixa, em previsão, 450.000€ (15,7M€ de 2009 para 15.400.000€ em 2010) ou seja -2,5%. Mas, se comparado com a execução orçamental de 2009 até Outubro, baixa 4,700.000€, ou seja 23,5%.-----

Também aqui se trata de um corte com os dois mandatos anteriores, em que esta rubrica subiu um total de 5.300.000€ (cerca de 35%) e, só no segundo mandato, 3.300.000€ (cerca de 22%).-----

4. A despesa de capital; no valor de 33.400.000,00 €, reflectindo um decréscimo de 15,46% em relação ao orçamento inicial e de 24,96 % face ao orçamento revisto de 2009, resultou da apreciação dos investimentos em curso, da avaliação de investimentos que ainda não se encontrando em curso todavia já envolvem responsabilidades da autarquia, de investimentos para os quais a existência de candidaturas já aprovadas implicam uma responsabilidade temporal na sua realização e novos investimentos, designadamente no parque escolar, cuja realização importa priorizar.-----

5. O total de despesas orçamentadas de 68.080.000,00 €, decrescendo 9,53% em relação ao orçamento inicial de 2009 e 15,25% face à sua revisão, apresenta um valor ainda excessivamente elevado para a capacidade de realização de receitas do município, mas onde é obrigatória a inclusão dos valores das dividas correntes transitadas, assim como a de despesas de capital que não correspondendo a investimentos definitivamente apreciados, face às dificuldades que se levantam à sua realização, já se encontram constituídos sob a forma de obrigações que têm de ser orçamentadas.-----

6. O nível do montante da realização das receitas municipais, considerando a natureza das suas receitas correntes e de capital, têm em conta as grandes dificuldades e incertezas resultantes da conjuntura económica.-----



Assim, o orçamento de receitas correntes no valor de 34.720.000,00 €, apresenta um decréscimo de 2,89% em relação ao orçamento de 2009, reflectindo o significativo decréscimo dos Impostos Indirectos ( - 33,58 %) e dos Rendimentos de Propriedade (- 15,9%), entre outras rubricas.-----

As receitas de capital orçamentadas no valor de 33.360.000,00 €, reflectem uma diminuição de 15,54 % em relação ao orçamento de 2009 e de 24,96 % face à sua revisão.-----

De facto, em 2010 e nas actuais condições não são previsíveis os montantes de receitas provenientes de Passivos Financeiros, que em 2009 orçaram em 10.824.813,00 € (Programa de Regularização Extraordinárias de Dívidas do Estado - PREDE), tendo-se ainda tornado necessário corrigir a estimativa de Venda de Bens de Investimento de 16.830.900,00€ para 25.789.800,00€, com um aumento de 53,23%, por contrapartida da redução de receitas provenientes de Activos Financeiros, de 13.018.870,00€ para 80.700,00€, pela verificação da impossibilidade de constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário previsto pelo anterior executivo para 2009.-----

CONCLUSÃO:-----

Em termos globais, o Orçamento para 2010 quando comparado com a previsão inicial do orçamento do ano passado apresenta uma redução de 10%, o que se traduz em menos 7 milhões de euros (75 M€ de 2009 para 68M€ em 2010).-----

No entanto, se o compararmos com o orçamento de 2009 nas alterações que este foi tendo ao longo do ano, a redução é de 12 milhões de euros, 15,2% mais baixo (80,3M€ para 68M€).-----

É clara e inequivocamente um orçamento de restrição e contenção.-----

Assim, em termos estratégicos duas notas há a assinalar:-----

- 1ª Este é um orçamento assumidamente RESTRITIVO e VERDADEIRO face à conjuntura;-
- 2ª Este orçamento privilegia a EDUCAÇÃO como opção estratégica, uma vez que esta, que tinha um peso na estrutura orçamental de 2009 de 14%, passa agora a ter um peso de 31% (mais 4,2 M€).-----

Em síntese:-----

- A receita de capital passa a ser mais realista com uma descida de 15,5% em relação ao orçamento inicial e de 25% face ao revisto;-----
- A despesa corrente baixa 3% face ao orçamento inicial e 15% face ao executado;
- A rubrica conjunta de pessoal e aquisição de bens e serviços que representa 77% do orçamento, baixa, face ao executado em 2009, 6 milhões de euros (18%).---



Perante a situação financeira da Câmara e os compromissos assumidos e herdados, o orçamento vai ao encontro do que se pretende - contenção, restrição, controlo, rigor.-----

Assim, vamos a caminho de concretizarmos aquilo que nos propusemos: -----

- poupança e rigor na despesa corrente;-----

- racionalização dos gastos na aquisição de bens e serviços;-----

- maior verdade nas contas, sobretudo na parte do orçamento de capital;-----

Este é, pois, um orçamento de coragem, que assume e aceita um problema financeiro real e que nos impõem um desafio a que não nos furtamos.-----

O Orçamento para 2010 caracteriza-se por uma elevada transparência e rigor na gestão das verbas disponíveis.-----

Uma nota final para referir que é intenção do actual executivo configurar o Orçamento do próximo ano como um orçamento participativo, o que não foi possível este ano em virtude dos apertados prazos para apresentação do mesmo.-----

Assim sendo, será possibilitado aos munícipes apresentarem propostas sobre quais devem ser as prioridades da autarquia em matéria de investimento, afectando uma verba ainda a definir como valor destinado aos projectos escolhidos pelos munícipes, que poderão ser aplicados nas áreas que considerem ser prioritárias, entre Educação e Apoio à Juventude, Cultura, Acção Social, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação, Desporto, Turismo, Comércio e Promoção Económica, Segurança e Protecção Civil, Infraestruturas Viárias e Estacionamento, Protecção Ambiental e Energia, Espaço Público e Espaços Verdes, Modernização e Atendimento".-----

A Vereadora Isabel Cardoso tomou a palavra, referindo que se trata de um orçamento de transição e restritivo. Salientou que tiveram em conta três princípios orientadores: Em primeiro, a continuidade de facto dos investimentos em curso; em segundo, a inscrição de novos investimentos, privilegiando-se aqueles que já se encontram ou em fase de candidatura, ou susceptíveis de apoio financeiro assegurado; e em último lugar o exercício de base zero na orçamentação da despesa corrente em que foi feita uma reavaliação exaustiva de todos os custos, conjuntamente com todos os departamentos e com todos unidades orgânicas, sem estarem ligados ao passado, em termos de orçamento.-----

Em relação às Grandes Opções do Plano, explicou que, estando em causa o desenvolvimento económico-financeiro do país e das Autarquias, tiveram que proceder a uma clara preconização dos investimentos, atendendo às necessidades



do desenvolvimento local e àqueles que eram mesmo indispensáveis, não podendo contemplar todos os investimentos anteriormente já previstos. Lembrou que a isto acresce uma outra variável, isto é a dívida, exemplificando que desde Outubro de 2008 até Outubro de 2009, a estrutura do passivo de curto, médio e longo prazo aumentou 4.800.000 €. Salientou a relevância desta variável, por um lado, para se tentar a nível do investimentos considerados, realizar uma hierarquização e uma priorização que de facto correspondesse às carências do território e, por outro lado, para a necessidade de se levar a curso um processo de saneamento financeiro.-----

Continuou, fazendo um enquadramento sucinto sobre a orçamentação da despesa corrente, salientando que esta sofreu cortes significativos em relação aos dois mandatos anteriores.-----

Relativamente à despesa de capital, referiu ainda que esta reflecte um decréscimo de 15,4% em relação ao orçamento inicial, e de 25 % face ao orçamento revisto em 2009, resultante quer da apreciação dos investimentos em curso, quer da avaliação dos que ainda não se encontrando em curso, todavia já envolvem grandes responsabilidades para a Autarquia, e de outras candidaturas aprovadas e outros projectos, designadamente a obediência aos investimentos na área da educação no que respeita à carta educativa.-----

Em relação ao total de despesas orçamentadas, realçou que elas decresceram, face ao orçamento inicial do ano passado em cerca de 10%. Considerou que estas despesas são, apesar de tudo, bastante elevadas, tendo em conta a capacidade da realização das receitas do Município, que assentam em princípios conjunturais, mas lembrou ainda que não se pode fugir à inclusão, quer dos valores da dívida corrente transitada, quer das despesas de capital.-----

Em relação às receitas de capital, chamou a atenção, por um lado, para o facto de que, na revisão do orçamento do ano 2009, surgia no agregado passivos financeiros de 10.824.813,00 €, respeitantes ao Programa de Regularização Extraordinária da Dívida do Estado, e que, ao contrário do ano 2010, este agregado tinha o valor zero.-----

Por outro lado, referiu que as rubricas estão desagregadas de outra forma, diferenciando-se na composição a nível da Venda de Bens de Investimento em relação ao ano passado, uma vez que o anterior Executivo tinha tentado constituir um fundo de investimento imobiliário, mas sem sucesso. Salientou, ainda, que as receitas de capital diminuíram em 25%.-----



Lembrou que a dívida total da Câmara Municipal, a 31 de Outubro de 2009, ascendeu a 69.300.000 euros, estando acima do limite de endividamento previsto na Lei da Finanças Locais em 3,4 milhões de euros. Face a isso, afirmou que tinham que ser realistas e apresentar um orçamento capaz e com possibilidade de ser realizado.-----

O Vereador João Armando teceu algumas considerações sobre as Grandes Opções do Plano 2010. Referiu que este deveria ser um instrumento de implementação de políticas, mais do que propriamente uma listagem ou uma colagem de diferentes iniciativas.-----

Considerou, por um lado, que há falta de enquadramento, nomeadamente não se consegue apurar a definição das estratégias, das prioridades e das políticas que o Executivo quer pôr em prática; isto seria espectável e desejável num executivo que inicia funções. Por outro lado, alertou o Executivo sobre o risco de ser sugado pelas actividades correntes do dia a dia, perdendo assim a perspectiva e o pensamento estratégico sobre o que se quer estabelecer para o futuro próximo ou distante.-----

O Presidente salientou que este orçamento que começou a ser trabalhado no dia a seguir à tomada de posse, foi condicionado pelo exercício do ano transacto e pelas obrigações já assumidas, obrigando a rever os projectos já existentes, uma vez que todos eles implicam grandes investimentos e têm implicação orçamental. Referiu, ainda, que irão tentar pôr em prática outros projectos, nomeadamente em relação à política de gestão urbanística, e que continuarão a trabalhar ainda outros, mas ao nível da sua génese e da sua formação, para que oportunamente possam ser apresentados.-----

A Vereadora Isabel Cardoso acrescentou que o orçamento da despesa corrente só poderá ser de facto criteriosamente executado numa perspectiva de reorganização dos serviços internos e de modernização administrativa, havendo muitas sinergias inter-departamentos dentro da própria Câmara que são necessárias aproveitar e reestruturar.-----

O Vereador Vítor Coelho, em nome do Movimento "Figueira 100%", iniciou a sua intervenção que a seguir se transcreve:-----

"O Partido Socialista apresenta hoje à votação nesta Câmara, um orçamento virtual que pouco difere dos últimos orçamentos apresentados durante a gestão camarária do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----

As expectativas criadas por V. Exas. na apresentação deste novo orçamento, com



uma redução de 10% relativamente ao orçamento de 2009, é claramente mais do mesmo.-----

Parece-nos irrealista, num momento de uma profunda crise financeira, prever que, num total de 33.400.00,00 € de receitas de capital, 25.700.000,00 € possam ser provenientes da Venda de Bens de Investimento.-----

Convém lembrar a V. Exas. de que em 2008, nesta mesma rubrica - Venda de Bens de Investimento - a taxa de realização foi de 12,4% (orçamentado 18.788.600,00€ ; realizado 2.336.352,00 € )e até Novembro do corrente ano de 2009 a taxa de realização é de 3,9% (orçamentado 10.961.402€ e realizado 430.982€ ).-----

Este orçamento de capital foi pois, uma vez mais, elaborado no pressuposto da necessidade de satisfazer as legítimas aspirações das juntas de freguesia em executarem obra, importante para o bem estar e qualidade de vida das populações, contudo, tem origem numa despesa para o qual é necessário inventar receitas impossíveis de obter, como é o caso da verba de 25,7 ME na rubrica de Venda de Bens de Investimento.-----

A verdade é que grande parte das obras previstas no orçamento para 2010 a executar nas freguesias, são obras financeiramente inexequíveis como certamente teremos oportunidade de verificar a curto prazo.-----

O Partido Socialista agora na governação da Câmara, pretende utilizar os mesmos procedimentos do Partido Social Democrata, que tanto criticou quando estava na oposição.-----

Os Vereadores do Movimento "Figueira 100%", estão claramente contra o modo como num orçamento camarário, é utilizada esta engenharia financeira que, no caso presente, mais não é do que um mero instrumento de gestão de expectativas".-----

O Presidente respondeu que este orçamento é substancialmente diferente do orçamento 2009, embora possa não parecer assim. Lembrou que por um lado, está prevista uma diminuição da despesas em cerca de 12 milhões de euros; por outro lado, tem a novidade de ser um orçamento de execução de grau zero, condicionado aos projectos que já se desenrolavam. Argumentou, ainda, que o Executivo pretende um orçamento que se aproxima da verdade, sobretudo na parte orçamental de capital.-----

O Vereador António Tavares reiterou a ideia de que este orçamento está fortemente condicionado por aquilo que vem em transição do orçamento anterior, não transparecendo na totalidade o que o Executivo ambicionara.-----

Considerou injusta a análise feita pelo Vereador Vítor Coelho. Alegou, em



primeiro lugar, que o orçamento de 2009, elaborado no início de uma crise financeira, foi expansionista, não só ao nível da previsão mas também ao nível da execução. Salientou que, ao contrário, o orçamento apresentado pelo actual Executivo aceita as realidades conjuntural e financeiro-estrutural, bem como inicia o caminho para enfrentar esta crise, procurando diminuir, por um lado, a despesa corrente com os cortes que foram feitos e que tiveram que ser priorizados, e por outro lado, com a contenção na aquisição de bens e serviços, ressaltando ainda o trabalho realizado pela Vereadora Isabel Cardoso.-----  
Enfatizou que estão a tentar anular o que considerou ser um aumento exponencial ao longo desses anos de aquisição de bens e de serviços, aceitando dessa forma o desafio da restrição e contenção.-----  
Reiterou que a análise apresentada é profundamente injusta, uma vez que este orçamento difere do anterior. Exemplificou que em relação ao orçamento de capital, que sempre consideraram que estava empolado, sofreu um corte que ronda os 25%, fruto, justamente, da priorização que se fez.-----  
Acrescentou que em relação ao investimento, procederam a uma revisão dos projectos, usando a técnica do orçamento da base zero, efectuando à audição de todas as unidades orgânicas, incluindo os Presidentes de Junta de Freguesia, num trabalho que foi exaustivo.-----  
Em relação às Grandes Opções do Plano, realçou que estas igualmente sofreram uma redução significativa e assinalável, tal como a avaliação que se fez do património municipal, de acordo com as regras do mercado e não de uma forma sobreavaliada ou empolada.-----  
Em resposta à intervenção do Vereador João Armando, referiu que queria felicitá-lo por ter feito menção às intenções e opções estratégicas com ajuda das quais o Executivo tem que se basear para a elaboração do Orçamento.-----  
Finalizou, informando que a breve trecho, terão que proceder a uma reorganização orgânica municipal e dos serviços, mas também solicitarão uma auditoria às contas financeiras da Câmara Municipal.-----  
A Vereadora Teresa Machado disse que esteve atenta às explicações dadas pelos Vereadores executivos, pelo que pode inferir das suas palavras que apesar da palavra passado ser reiteradamente repetida, não se podem ir buscar todas as justificações para a organização ou para a elaboração deste orçamento à resolução dos chamados *dossiers* do passado, pois obviamente qualquer gestão desta Câmara herdaria o trabalho feito anteriormente.-----



Em seu entender, os Vereadores Executivos não estão ainda muito certos de quais são as opções a tomar. Entendendo também ser este é um orçamento de transição, naturalmente não é o orçamento que se desejaria, muito menos é o que espelha as opções do partido socialista expressas no seu programa eleitoral.-----

A Vereadora Teresa Machado revelou, ainda, pretender abordar o tema do investimento sobretudo na área da educação, dos 5,5 milhões previstos aplicar na área da educação sendo este um *dossier* que transitou do passado, perguntou ao actual Executivo se estão em desacordo que se avance neste *dossier* tão «negativamente» transitado do passado, o da construção de centros escolares. A Vereadora Isabel Cardoso, fez declarações para os jornais, talvez de uma forma descontextualizada, ou sem intenção, disse ter encontrado um parque escolar muito degradado.-----

Relativamente à reabilitação do parque escolar, adiantou que a Vereadora Isabel Cardoso terá acesso aos mesmos dados que a própria e entende que nunca houve tanto investimento na reabilitação do parque escolar como no mandato do Dr. Santana Lopes, seguido pelos anteriores executivos, informando que a manutenção destes espaços tem que ser sempre contínua e permanente. Estranhou as palavras da Vereadora Isabel Cardoso quanto à degradação do parque escolar, até porque os números falam por si e o investimento realizado no parque escolar está visível nos orçamentos anteriores.-----

A Vereadora Teresa Machado referiu que cada vez mais nas autarquias se apela ao investimento, não no “betão”, mas nas chamadas áreas sociais, tais como a educação, acção social, saúde, etc. Disse que o Presidente, ainda há bem pouco tempo, esteve no Congresso, deu-lhes, simpaticamente, o documento aí distribuído e constata-se que as transferências de competências para os Municípios têm que ser cada vez mais nestas áreas. Perguntou, novamente, se estes *dossiers* do passado são uma herança assim tão pesada, ou se bem pelo contrário não representam uma melhoria significativa na qualidade de vida e da educação, neste caso, das cerca de três mil crianças do Concelho, repartidas pelos diferentes Centros Escolares.-----

Mencionou que neste orçamento estão inscritos dois milhões e setecentos mil euros para a aquisição de um terreno na freguesia de São Pedro, para a construção do Centro Escolar, mas porque na última reunião já questionou o Vice-Presidente, Carlos Monteiro sobre essa aquisição, agora não o irá fazer. No entanto, será assunto a discutir, seguramente, uma vez que o Vice-Presidente,



Carlos Monteiro lhe terá dito que encontrou a solução de forma a não onerar o Município, que é aquela que, no passado, o Executivo anterior foi obrigado a conseguir, e que da qual já falaram aquando da aprovação do estudo prévio dos terrenos da Fundação Bissaya Barreto.-----

Relativamente à Educação, deixou a mensagem de que o Parque Escolar não está tão degradado quanto se pretende fazer crer, nomeadamente, quando se diz que é preciso, urgentemente, um planeamento estratégico, uma vez que ele foi feito. Referiu que o Vereador António Tavares pertencia ao anterior Executivo e pode atestar que a Carta Educativa do Município da Figueira da Foz foi das primeiras a ser elaborada na Zona Centro. Foi a “carta de referência” para muitos Municípios em redor.-----

Frisou que a Vereadora Isabel Cardoso, pelo local onde trabalhava anteriormente, sabe que os financiamentos foram muito prometidos, mas depois a sua concretização prolongou-se ao longo do tempo e, por isso, nem sempre conseguiram alcançar os objectivos tão depressa quanto gostariam, nomeadamente, a realização destes dois Centros Escolares.-----

Lembrou que o Governo prometeu e alardeou que haveria financiamentos, nomeadamente do Quadro de Referência Estratégico Nacional, para todos os Centros Escolares, desde que se cumprissem prazos, e eles foram na íntegra cumpridos. No entanto, os financiamentos nunca vieram. Por isso, os cinco milhões de euros à conta do Município, só foram avançados porque havia a garantia do Governo de que eles iriam ser financiados, matéria que foi sobejamente publicitada à data da criação das Cartas Educativas e dos Centros Escolares.-----

Face ao exposto, discordou da Vereadora Isabel Cardoso, uma vez que as verbas que agora estão inscritas nas Grandes Opções do Plano, em termos de intervenção no Parque Escolar, são exactamente as mesmas que o Executivo anterior também tinha preconizado. Na sua opinião, nesta matéria, poderão estar todos de acordo de que tudo quanto é do passado não é assim tão mau.-----

Para terminar, disse que não querendo duvidar que este orçamento possa ser restritivo, de transição, que procure seriedade, há que admitir que existem receitas virtuais, obviamente que as há. Do seu ponto de vista, podem ter diminuído o “virtualismo”, a avaliação do património, mas mais tarde poderão falar sobre isso e aí chegarem a outras conclusões.-----

No que concerne à Acção Social, pensa que há uma lacuna enorme neste orçamento, nas prioridades deste Executivo. Foi dito pelo Presidente que todos têm a



consciência, como pressuposto para a elaboração deste orçamento, que se vive num momento de fraco dinamismo económico, numa crise financeira. Ora, do seu ponto de vista, a crise financeira afecta sobretudo os cidadãos e não se vêem neste orçamento medidas particulares que procurem minorar os efeitos desta crise, que se fazem sentir acima de tudo nas pessoas, nos munícipes. São conhecidas as dificuldades que muitas famílias do Município atravessam. O Partido Social Democrata tinha proposto, no seu programa, um subsídio de emergência social, um fundo social municipal, uma medida, por pequena que fosse, seria um sinal de que a Câmara estaria atenta aos cidadãos “per si”, enquanto seres humanos, às enormes dificuldades que perpassam o Concelho, em termos de desemprego, e as consequentes consequências familiares, e não só, que advêm para as famílias. Não consegue ver neste orçamento qualquer sinal de medidas de apoio social. Parece-lhe ser esta uma das suas grandes lacunas.-----

O Presidente respondeu que este orçamento não pode deixar de implicar o passado, uma vez que é o decurso do passado e, por isso, tem de falar nele. Tomara que não o tivesse de fazer e, então, poderia orçamentar aquilo que são os seus projectos, que os têm, mas que estão condicionados pelo desenvolvimento de outros, que também acarinham e que suscitaram todas as questões que já trouxe à Câmara e, por isso, estão também obviamente adstritos ao cumprimento das dívidas assumidas. Disse que não vão tentar remediar o mal, acrescentando dívida, esquecendo o passado.-----

Reiterou que em relação à acção social há um investimento transitado de 2009, no valor de 127.000 euros, ao qual acrescentaram um investimento novo, no montante de 48.500 euros. O que quer dizer que, este orçamento, em relação ao de 2009, tem um aumento de 54% na área de acção social.-----

Relativamente à educação, disse que também acha muito bem que todos trabalhem em conjunto. No entanto, como as necessidades surgiram, o Vice-Presidente, Carlos Monteiro, fez um reporte de toda a situação.-----

O Vice-Presidente, Carlos Monteiro, tomou a palavra, dizendo que compreende tudo o que foi dito. Esclareceu, no entanto, que para este orçamento ser exequível e ser menos “espumoso” como foi dado a entender, há um corte que tem de ser feito significativamente, que são as despesas correntes. Espera, no entanto, que não exista uma situação contraditória, em que se pretenda aproximar o orçamento da situação real e a seguir se vá gastar aquilo que não se tem. Na sua opinião, é esta a preocupação que tem de estar latente, em cima da mesa. Espera, por tudo o



que foi dito pelos Vereadores, relativamente a este orçamento, nomeadamente, que o mesmo está empolado, que quando chegar a altura de se fazerem os cortes nas despesas correntes, que tenham, também, essa solidariedade, enfatizando que vai custar a todos: ao executivo e aos munícipes. Voltou a sublinhar que, os cortes têm de ser feitos e quando trouxerem algumas propostas para reduzir custos, também espera que a solidariedade exista, porque se o orçamento está empolado também é um pouco porque não se fez os cortes nas despesas que era necessário. Vão ter que ser feitos e manter esses cortes já vai ser difícil, esperando o contributo e a solidariedade dos Vereadores da Oposição relativamente a isso.---  
Relativamente ao Centro Escolar de São Pedro, disse que há uma solução que está em curso e que é comprometimento do Executivo desta Câmara de que essa solução vai ter de ser encontrada com unanimidade.-----  
Referiu que o que se pretende, na verdade, havendo financiamento, é construir o Centro Escolar de São Pedro, no terreno onde a Vereadora Teresa Machado sempre pretendeu, e ele próprio e todos, sem onerar a Câmara, com uma situação o mais transparente possível. Sendo certo que todos se irão reunir para, caso ela não possa ser executada por este Executivo, não andem mais para trás e para a frente, porque isso é que é um transtorno para todos. Assim, quando apresentarem a solução, tem de ser trabalhada entre todos, de maneira a ser aprovado por unanimidade, de modo a que não mais possa ser invertida. Concordou com a Vereadora Teresa Machado quando a mesma disse, e bem, que em termos de Carta Educativa, havia um planeamento estratégico para a Educação. Havia, mas infelizmente sabem que, muitas vezes, mesmo à sua revelia, esse planeamento estratégico não foi cumprido. E por isso, teve que haver um aumento de investimento porque, na verdade, os projectos existiam, mas muitos deles não estavam executados.-----  
Repetiu que herdaram projectos e que estão agora a tentar executá-los mas, para isso, é preciso dinheiro. E, por isso, quando olha para os 35% do orçamento em Educação, vê que existe uma estratégia, isto é, o apostar na Educação. É evidente que diz pouco mas, na realidade, quer dizer que houve um aumento do anterior Executivo para agora, de quatro milhões e meio de euros. Disse que esta análise, em termos percentuais para o orçamento, é uma coisa imensa, porque o planeamento estava feito e, nomeadamente, o investimento que querem fazer.-----  
Relativamente à segurança e à acção social, também compreende o que a Vereadora Teresa Machado disse, uma vez que duplicou o valor nas GRANDES OPÇÕES DO PLANO.



Mas, com as limitações que têm e com os condicionalismos que existem, talvez fosse difícil fazer muito melhor. Disse que não se pode esquecer que num mês e meio, “virar a casa de alto a baixo” e fazer tudo como pretendiam, não é fácil, mas também já foi assumido pelo Presidente.-----

Quanto à Educação, referiu que houve muito investimento que talvez hoje não fosse concluído e mesmo se a Vereadora Teresa Machado tivesse que decidir não o teria feito, porque não está de acordo com o planeamento estratégico. Contudo, vai ser pago por este Executivo e vai ser efectuado tudo o que estava previsto na Carta Educativa.-----

A Vereadora Teresa Machado, relativamente ao que o Vice-Presidente retorquiu, questionou quais as medidas concretas, em termos de acção social, que são preconizadas no aumento do orçamento para 147.000 euros, ou seja, de 50%.-----

A Vereadora Isabel Cardoso referiu que não lhe pareceu que as medidas que a Vereadora Teresa Machado apresentou se enquadrem ao nível do investimento. Pareceu-lhe, sim, que fossem medidas ao nível das acções e do desenvolvimento de novas acções externas às GRANDES OPÇÕES DO PLANO, olhando para as GRANDES OPÇÕES DO PLANO, de facto, e fazendo a taxa de crescimento, ou o crescimento de um ano para o outro, são 50%, mas as GRANDES OPÇÕES DO PLANO materializam-se em investimento como por exemplo uma Creche. Obviamente que estão a falar de um investimento e o que percebeu da intervenção da Vereadora Teresa Machado, a mesma prender-se-ia com acções concretas com reflexo na despesa corrente.-----

Acrescentou que ao realizarem o orçamento e na discussão que teve com todos os Departamentos, em que o Vereador Carlos Monteiro e os outros Vereadores estiveram presentes, foram apresentados os custos das acções a desenvolver. Daí que não saiba exactamente e directamente dizer que acções ou o mérito, sendo certo que tudo foi objecto de triagem pelo Vice-Presidente, Carlos Monteiro e foram inscritas muitas acções sociais, de educação e de desporto. Disse que assistiu a essa discussão, e relativamente à questão dos números, o Vice-Presidente, Carlos Monteiro, com certeza poderia responder.-----

Aproveitando a palavra e sobre o investimento, dirigiu-se à Vereadora Teresa Machado dizendo que o peso desta dívida é um *dossier* do passado que vai ter que “ignorar”. Contudo, não o pode fazer, porque num ano houve 4,8 milhões de euros de endividamento que hipotecaram, eventualmente, alguma nova estratégia que pudesse inscrever nestas Grandes Opções do Plano, a tal estratégia que os Vereadores do Partido Social Democrata almejam e anseiam verificar. Na sua



opinião o número “4,8 milhões de euros”, referente apenas ao exercício de 2009, para não falar de dívida que vem detrás, é assinalável.-----  
Para além do Centro Escolar, quis lembrar à Vereadora Teresa Machado na questão dos Centros Escolares, que a Carta Educativa é um desígnio nacional que o Primeiro Ministro prometeu que se iria cumprir. Portanto, não é um “desígnio local”, e deixou claro que nos cinco milhões inscritos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento não é tudo Centros Escolares. Disse que o Vice-Presidente, Carlos Monteiro, visitou o Parque Escolar e deu-lhe conta duma listagem de prioridades de obra, essas sim, que todas somadas, perfazem o valor de cinco milhões. E a informação que teve não foi a de um Parque Escolar a não carecer de intervenção, mas sim a carecer de intervenção. E não lhe pareceu que fossem intervenções de manutenção, porque essas, supostamente, deviam ter sido feitas no Verão e quando tomou posse constatou que estavam a ser feitas em Outubro/Novembro.-----

O Vice-Presidente, Carlos Monteiro, reportando-se à acção social e concretamente à questão levantada pela Vereadora Teresa Machado, no que concerne à não existência nas GRANDES OPÇÕES DO PLANO de medidas de apoio social, a resposta é que não há apoios em dinheiro por parte da Câmara para as famílias. Há, sim, apoio técnico e dos técnicos, mas em dinheiro não, uma vez que não há delegação de competências para a Câmara assumir mais essa situação. Se fizessem, provavelmente o Vereador Vitor Coelho atacá-los-ia porque, na verdade, não há orçamento que resista. E, na sua opinião, em algumas situações, enquanto não existir delegação de competências, pura e simplesmente, a Câmara não tem que se sobrepor ao Estado ou ao Governo. E até podia se tivesse condições financeiras para isso, mas não tem. No entanto, o apoio relativamente a transporte de pessoas necessitadas, nomeadamente, com deslocações aos Centros Médicos, tudo isso está a ser renegociado. Referiu que estão a dar melhores condições às pessoas e vão ter a preocupação de apoiar os que mais precisam, mas frisou que para dar subsídios não existem condições.-----

A Vereadora Teresa Machado retorquiu, dizendo que não falou em subsídios, até porque o Vice Presidente, Carlos Monteiro, sabe que ela também não desconhece por completo esse *dossier*. Disse que falou em medidas concretas que, nomeadamente, foram propostas pelo Partido Socialista no passado e que se calhar terá tido a mesma resposta que o Vice-Presidente lhe deu agora.-----

O Vice-Presidente, Carlos Monteiro, disse que poderá mantê-las todas, renegociá-



las mesmo com a Cruz Vermelha, valorizar os protocolos existentes no sentido de se prestar um melhor serviço a todas as famílias carenciadas.-----

A Vereadora Teresa Machado repetiu que não disse para esquecer os *dossiers* do passado. Apenas se limitou a perguntar se todos os *dossiers* do passado seriam riscados por este Executivo, nomeadamente, o *dossier* que diz respeito aos Centros Escolares, ou seja, se não subscreviam do passado alguns *dossiers*. Deixou claro que os Vereadores do Executivo é que estão no poder e farão a governação que bem entenderem. No entanto, na sua opinião, também não está certo haver sempre uma carga pejorativa relativa aos *dossiers* do passado.-----

O Presidente respondeu que não é tanto nos *dossiers* do passado, mas no exercício do passado.-----

O Vereador Vítor Guedes tomou a palavra, dizendo que não pode deixar de dizer que está surpreendido com o que tem ouvido, quer da bancada do Partido Social Democrata, quer da bancada do Executivo camarário.-----

Disse que da bancada do Partido Social Democrata não deixa de ser curioso, que a senhora Vereadora Teresa Machado tenha feito um “acto de contrição”, facto que, na sua opinião, é de louvar, o assumir o despesismo dos orçamentos do Executivo por que passou quando, e comparativamente com eles, acha que este Orçamento ainda é um pouco despesista, apesar de também reconhecer que é um pouco mais contrito nas suas verbas. Saudou, por isso, o reconhecimento dos erros porque todos eles vão aprendendo, todos os dias, e sobretudo quando erram.-----

Relativamente a este orçamento em concreto, referiu que há algumas questões que se lhe suscitam que é o seguinte: acha de facto que estão perante um orçamento despesista, na senda do que tem vindo a ser a tradição desta casa de há uns anos para cá.-----

Para exemplificar, recuou até aos tempos do Eng.º Aguiar de Carvalho, que não está presente para se defender, dizendo que, de facto, começaram com ele. Sendo certo que o Partido Social Democrata, e muito bem, criticou a feitura desse tipo de orçamentos que empolvavam receitas para justificar despesas.-----

Depois, quando o Partido Social Democrata “tomou o poder” na Câmara, verificaram que a posição do Partido Socialista se modificou radicalmente. E foi de uma forma contundente que viram os seus Vereadores e deputados na Assembleia Municipal também a criticarem profundamente esta forma de realização dos orçamentos.-----

Agora e finalmente, esperavam que o Partido Socialista, depois do seu passado



recente da Oposição, viesse dar-lhes uma lição de como se deve fazer um orçamento de verdade e de rigor. Confessou que ficou de alguma forma surpreendido com o teor deste orçamento e só não ficou tão surpreendido porque a campanha eleitoral, de alguma forma, foi premonitória. Porquanto, o próprio Partido Socialista lhes foi brindando com promessas de "Aldeias de Mar", com promessas de "Parques Verdes", que não estão no Orçamento.-----  
Afirmou que foram promessas que todos eles sabiam que não havia a mínima condição financeira e económica de serem levadas a cabo e de serem realizadas. Por isso, a surpresa não é tão grande quando verificam este orçamento. Dizem-lhe que o orçamento não é expansionista e comparam-no com um orçamento do ano passado, um orçamento em pleno período eleitoral e que, de facto, há algumas nuances. Mas se o compararem com o orçamento de 2008, então aí verificam que as diferenças não são assim tão gritantes. Parece-lhe, até, que há alguns números que são relevantes:-----  
- No orçamento de 2008, em receitas correntes foram orçamentados, sensivelmente, 35 milhões e meio de euros e foram realizados 30 milhões de euros;-----  
- Por sua vez, em 2009, dos 35.750.000 euros orçamentados, foram realizados 28.582. 000 euros, pelos números que lhe foram facultados por esta Câmara e reportados a Novembro deste ano.-----  
- Mas voltando para o orçamento de 2010 e apesar do histórico e da diferença entre o orçamentado e o realizado, que os poderia conduzir para um orçamento de mais rigor ou de rigor, continuam a ter um valor orçamentado de receitas correntes de 34.720.000 euros, ou seja, ainda superior ao orçamento de 2008 e sensivelmente igual ao orçamento de 2009.-----  
- Por sua vez, no que diz respeito às receitas de capital, disse que em 2008 dos 40.600.000 euros orçamentados, foram realizados 6.900.000 euros, ou seja 17% do valor orçamentado.-----  
- E relativamente ao orçamento de 2009, com a reserva de que o mesmo se reporta a Novembro e, portanto, poderá ser susceptível de alguma diferença, disse que o valor passa de 44 milhões e meio orçamentado, para 14.300.000 euros realizado. E que no orçamento que o Executivo defende, aparecem 37.360.000 euros, ou seja, 132% mais do que o valor realizado até Novembro de 2009.-----  
Repetiu que não consegue perceber como é que se pode dizer que isto é um orçamento de rigor. Talvez seja um defeito seu, porque não é economista, mas não consegue entender como é que a tradição das receitas da Câmara lhes apontam para



6 milhões de euros em 2008, 14 milhões de euros em 2009 e depois se orçamentam 33 milhões de euros e se diz que é um orçamento de rigor.-----

- Relativamente às despesas correntes, aí sim, acha que há uma constante e uma realização mais ou menos uniforme, uma vez que as verbas orçamentadas em 2008 foram na ordem dos 35 milhões e meio de euros e realizadas 34.688.000 euros; em 2009, 40.810.000 euros orçamentados e realizados 37.000.000 de euros. E, depois, em 2010 há de facto uma redução de 7,5%.-----

- Quanto às despesas de capital, em 2008 foram orçamentados, em números redondos, 40.000.000 de euros e realizadas 25.000.000 de euros. Até Novembro de 2009, foram orçamentados 39 milhões e meio de euros e realizados 27 milhões e meio de euros. Em 2010 têm orçamentados 33.400.000 euros, ou seja, também nas despesas de capital, na sua opinião, não vêm onde é que há o rigor, porquanto as despesas realizadas também têm sido inferiores ao orçamentado. E com a situação económica em que se está, com uma situação de grave crise financeira, como foi explanado na reunião de hoje, nada os leva a crer que a receitas vão melhorar. Também não percebe como é o Executivo tem a possibilidade de aumentar as despesas e de prever despesas acima daquelas que foram feitas nos últimos dois anos. É certo que o orçamento pode ter virtualidade mas é, e tão só, na previsão de receitas e de despesas e, na sua opinião, esta previsão tem que ser consubstanciada em factos. Apontou que estas previsões que apresentam não é consubstanciada em factos e pediu que atentem aos números que são bem elucidativos.-----

Referiu, ainda, que há uma coisa que o preocupa sobremaneira. Porque se forem verificar o saldo entre as despesas realizadas e as receitas realizadas, quer em 2008, quer em 2009, têm um passivo, ou um saldo negativo, de cerca de 20.000.000 de euros por ano, o que, do seu ponto de vista, e tendo em conta a situação económica em que a Câmara se encontra e tendo em conta o "modus faciendi" com que o Executivo, mais coisa, menos coisa, segue no orçamentar da despesa e da receita e, tendo em conta que se compararem, analisarem e se transporem a realidade dos dois últimos anos para este orçamento, e os parâmetros económicos em que se inserem, não lhe parece que vá ver sofrer grandes alterações. Ou seja, significa que tudo indica que irão ter mais 20.000.000 de euros de passivo para este ano.-----

Mencionou que uma coisa que o preocupa é o facto de a Câmara não ter mais capacidade de endividamento, e de não ter condições para continuar a assumir



estes 20.000.000 de euros por ano de endividamento, porque isto tem que ser pago. Frisou que há-de haver uma altura em que podem estar a discutir a bondade, que é muita, das intervenções nas escolas, de não terem as crianças como com certeza têm, nalguns casos, sem aquecimento, e sem as condições, que gostariam que elas tivessem; sem o apoio aos idosos, sendo certo que há muitos que recebem parcas reformas e com elas têm que fazer face às dificuldades do seu dia a dia; aos aumentos constantes da água, da luz, dos medicamentos. Reportando-se, mais uma vez, aos 20.000.000 de euros de passivo que vê todos os anos, disse que não sabe onde é que a Câmara vai com esta “décalage” que há entre as receitas e a despesa. Referiu que indicam para este ano uma receita de capital de 33.000.000 de euros, sendo que 25.000.000 de euros é de venda de bens de investimento, quando, em 2008, a venda destes bens foi de 2.000.000 de euros. Não lhe parece que tenham a mínima hipótese de realizar os 25 000 000 de euros e, como disse, não consegue perceber onde é que se vai buscar dinheiro para pagar todo este plano de investimento que o Executivo apresenta.-----

Apontou que verificou que o endividamento da Câmara é cada vez maior e que se está também a financiar à custa dos seus fornecedores. Porque eles sabem que a Câmara tem sido uma péssima pagadora, uma vez que há empresas que prestam serviços e que não recebem há cerca de um ano, e pelos vistos há mais. Porém, esta não lhe parece que seja a estratégia correcta. Não lhe parece que seja a verdade que foi tão pugnada por este Executivo, sobretudo no passado recente em que estiveram na Oposição. Disse que é por causa destas coisas que depois se justifica a criação dos movimentos de cidadãos independentes, porque a classe política os presenteia com estas contradições: enquanto se está no poder há justificações para tudo, ou seja, quando se está na Oposição, tem-se um discurso completamente diferente, mas que facilmente e muito rapidamente se modifica quando se atinge o poder.-----

O Presidente tomou de seguida a palavra, dizendo que já se explicou três ou quatro vezes que o orçamento é revisto em baixa, que há uma variação na casa dos 15%, mas se se tiver em consideração do orçamento de 2009 revisto, a redução do orçamento de capital é de 25%. As justificações foram apresentadas, estão consagradas e, mesmo assim, continua-se a dizer que persistem na mesma senda. Na sua opinião, é não se querer ler os números. Em relação à questão da “Aldeia do Mar” e do “Parque Verde”, foi precisamente por causa de não ser um orçamento despesista e de não prometerem aquilo que não devem, que não está incluído.



Referiu que o mandato também é de quatro anos, e as diligências continuam nesse sentido, e obviamente que quando apresentarem algum projecto a esse nível também querem que seja um projecto sustentado e exequível.-----

Lembrou que também sempre disseram que não se pode exigir num mês o cumprimento do programa para 4 anos e tirar rapidamente a conclusão de que este executivo não serve os cidadãos e que mais uma vez está justificado que os Partidos Políticos não satisfazem os interesses dos cidadãos.-----

Referiu que se se tivesse cingido às despesas de capital e apenas à sua execução seria desperdiçar todas as verbas que estão contratualizadas e acordadas e abdicar disso, sendo indispensável para reportar a despesa arranjar uma receita de capital, recorrendo aos activos para não perder a hipótese de investimento e os projectos pendentes. Não querendo ser miserabilista, elaborou-se uma proposta sustentada e socialmente interessante.-----

O Vereador António Tavares disse que a análise dos Vereadores do Movimento "Figueira 100%" é injusta, quase lhe parecendo, ao ouvir o Vereador Vítor Guedes falar, que aquele nunca estivera em funções de gestão nesta Câmara Municipal, ou se estivera, já se esquecera.-----

Recordou que no ano em que o Vereador Vítor Guedes entrara para a Câmara, a despesa de capital prevista fora de quarenta e sete milhões de euros, tendo o actual executivo, neste momento, uma despesa de 33 milhões, sendo que à data, o executivo de então fora buscar à Banca 24 milhões de euros. O actual executivo municipal não pode recorrer ao crédito, dada a situação herdada, enquanto o executivo do Vereador Vítor Guedes não precisou de sobrevalorizar os bens, ou seja, o património da Câmara pois teve a possibilidade de recorrer ao crédito. Afirmou que também tinham tido dezanove milhões de transferências de capital, o que não acontece agora.-----

Asseverou não se poder parar a Câmara, nem tão pouco fechar todas as portas, embora talvez isso correspondesse a uma saída fácil, mas sem entrar receita esta opção não resolveria muita coisa.-----

Contou que a Câmara de então reduzira a despesa em seis milhões de euros, correspondente a uma percentagem de 7%, enquanto o actual executivo só a título de previsão está a diminuí-la em sete milhões, representando 9,3%. Reconheceu ser o espaço de manobra exíguo em termos de orçamento de capital, tentando-se aqui um corte na ordem dos vinte e pouco por cento.-----

O Vereador Vítor Guedes respondeu que se se revisse na política do Partido que



então representava na Câmara, ainda hoje lá estaria, não obstante, não renega o seu passado enquanto militante e autarca pelo Partido Social Democrata, guardando gratas recordações dessa altura.-----

Apontou ser essa a razão da estranheza em ver o actual executivo recorrer ao mesmo "modus faciendi" tantas vezes criticado no passado. Contou ter escutado o Vereador António Tavares e outros destacados dirigentes do Partido Socialista criticar, e bem, a gestão anterior pelos orçamentos despesistas, que agora esperava um documento mais rigoroso, alertando que rigor não significa miserabilismo.-----

Perguntou onde é que a Câmara vai buscar o dinheiro para cumprir as suas obrigações com passivos anuais constantes de 20 milhões de euros. Questionou como se pode prever uma despesa em função de uma receita que se sabe à partida que não se vai ter. Inquiriu como irá o executivo realizar as obras que se propõe executar neste orçamento. Porque das duas uma, ou ainda subsiste capacidade de endividamento junto da Banca, ou se tem o beneplácito dos fornecedores, ou se indicam as verbas e depois logo se verá se é possível executar obra.-----

O Presidente esclareceu não pretender deixar cair as contratualizações entretanto efectuadas face à necessidade de investimento de capital.-----

A Vereadora Isabel Cardoso lembrou estar-se aqui a discutir um orçamento e não a sua execução, chamando a atenção para o facto de que as grandezas matemáticas devem ser comparadas inter-grandezas e que, em cada ano, o orçamento integra sempre uma verba em acumulado do ano anterior, não se podendo, portanto, fazer as contas de uma forma tão linear.-----

Apontou ser óbvio que não se conseguindo gerar receitas suficientes para cobrir as despesas, as rubricas do investimento só se pagarão com as receitas de investimento, sendo essas questionadas pelo Vereador Vitor Guedes.-----

Mencionou ter inscrito exactamente e basicamente o "portfolio" de bens que a Câmara dispõe, previamente reavaliado em termos dos valores actuais do mercado.-

Comentou que enquanto não tiver um "superávit" das receitas correntes para as despesas correntes, não se poderá financiar investimentos.-----

O Vereador Miguel de Almeida disse ser extraordinário ouvir o Vereador António Tavares reconhecer que o espaço de manobra é exíguo e o Vereador Vitor Guedes lembrar que o Partido Socialista criticara vezes sem conta os orçamentos despesistas dos executivos do Partido Social Democrata.-----



Manifestou ter gostado do discurso reinventado do Vereador António Tavares que acusou de ter uma fixação com a verdade um pouco complicada tendo em conta as díspares posições que vai defendendo.-----

Demonstrou também preocupação com a estabilidade política indispensável ao actual executivo, para a qual os Vereadores do Partido Social Democrata pretendem contribuir, dado preverem que o Movimento "Figueira 100%" possa votar contra este orçamento e que, do actual executivo, apenas possam votá-lo favoravelmente o Presidente e a Vereadora que o elaborou.-----

Somando as intervenções do Vereador António Tavares e do Vice-Presidente, quer na Assembleia Municipal quer na Câmara, quer no livro escrito pelo primeiro, perguntou como conseguiriam agora votar a favor deste orçamento de continuidade daquilo que durante estes quatro anos criticaram.-----

Explicou, ainda, a diferença de dez milhões, em relação ao orçamento de 2009 e em termos de Grandes Opções do Plano e Orçamento, com a retirada de 3 750 000 do Parque Desportivo de Buarcos, 535 mil euros retirados da beneficiação do Estádio Municipal, com a diminuição de 3 600 000 em obras nas freguesias e com menos 2 milhões orçamentados em 2009 para a função Turismo, sendo 1,1 milhão de euros destinado ao aumento de capital social e o restante para as participações ao Estado nos terrenos do Hotel junto às Abadias e já liquidados o ano passado.----

Em relação à Venda dos Bens de Investimento e imaginando que se consegue vender tudo, perguntou como é que farão o orçamento do próximo ano.-----

Relatou que tal como o seu colega Vereador João Gonçalves referira, a Aldeia do Mar e o Corredor Verde deveriam constar das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2010 a 2013, ainda que fossem só os estudos desses dois dossiers, constatando não se encontrarem nas Grandes Opções do Plano e Orçamento nenhuma das propostas "vendidas" aos Figueirenses no programa eleitoral. Disse ter dúvidas se a Figueira da Foz vai ter a Aldeia do Mar, o Corredor Verde ou o Coreto, este último dado que já passaram os 30 dias para a sua devolução, mais parecendo que tudo não passou de campanha eleitoral que agora não é para levar a sério.-----

Concluiu, apelando, à reflexão em relação às regras hoje em dia exigíveis para a elaboração dos orçamentos, lembrando que há um ano o Vice-Presidente e o Vereador António Tavares tinham proposto a diminuição do Imposto Municipal sobre Imóveis, quando o espaço de manobra em termos orçamentais já era bastante exíguo e afirmando estar aqui com uma postura de responsabilidade, não dizendo hoje uma coisa e outra amanhã e tentando traçar com algum bom senso o rumo que a Figueira



da Foz precisa.-----

O Presidente respondeu ser a Aldeia do Mar tal como o Corredor Verde um conceito genérico, carecendo a sua inclusão nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de um estudo detalhado e planificado das acções a desenvolver, para posterior apreciação.-----

Referiu que o Vereador Miguel de Almeida pretende fazer oposição à oposição que ele fez no mandato anterior. Entende que a declaração ornamental e decorativa que o Vereador fez, na qual diz não pensar no passado embora não o esqueça, é de alguma honestidade duvidosa, do ponto de vista intelectual, dizendo que apesar do Vereador não querer falar do passado, o seu partido tem responsabilidade por ele e o passado não foi leve, considerando que ficaram por cumprir as promessas que o anterior executivo anunciou.-----

Realçou, ainda, existir uma ligeira diferença em relação às promessas do anterior executivo que se esgotaram em 2009 e que acabaram por não ser cumpridas, nomeadamente os hotéis, os golfs, a quinta do Fôja, a revisão do Plano Director Municipal, do Plano de Urbanização e do Plano de Pormenor da Praia entre outras, julgando que o actual executivo, apesar do pouco tempo que tem, ainda poderá cumprir as promessas eleitorais feitas.-----

O Vereador Miguel de Almeida interveio, referindo que a sua função, enquanto Vereador não executivo, é fiscalizar tudo aquilo que foi prometido aos figueirenses em campanha eleitoral, pois foi com base no que foi prometido que o actual executivo ganhou as eleições e não estar actualmente a falar das obras feitas no passado. Salientou que numa primeira fase, os vereadores do Partido Social Democrata chegaram à conclusão de que os figueirenses foram enganados relativamente aos compromissos prometidos.-----

Tomou a palavra o Vereador Vítor Guedes, confessando que as intervenções anteriores lhe causaram um desagrado profundo e geraram uma situação desagradável, pois entende que os assuntos aqui discutidos são de grande relevância para o concelho, para cidade e para esta Câmara Municipal em particular e que as picardias pessoais entre ambos os vereadores não deveriam ser trazidas a este local. Fazendo o ponto da situação, constatou que tanto o Partido socialista como o Partido Social Democrata estão de acordo com a forma como se elabora o orçamento, pese embora depois a forma de enquadrar as promessas eleitorais seja distinta, pensa que ambos não se versaram no que realmente importa que é o Orçamento.-----



O Vereador João Armando pretendeu colocar algumas perguntas sobre aspectos específicos relacionadas com as Grandes Opções do Plano, contando que em primeiro lugar gostaria de registar como positivo o investimento previsto, mesmo que seja num clima restritivo, no sentido de equipar ou melhorar aquilo que é o Sistema de Informação Geográfica do Município da Figueira da Foz que lhe parece um investimento que apesar de não ter visibilidade externa é importante para o futuro.-----

De seguida, colocou a primeira questão que se prende com a verba destinada aos planos municipais de ordenamento do território, realçando o facto de que a mesma só estar prevista para 2010 pretendendo confirmar se isso significa que o processo estará concluído nessa altura. A segunda questão tem a ver com uma verba consignada para umas obras de alargamento da entrada da cidade, solicitando esclarecimentos sobre esta matéria.-----

Às questões suscitadas, a Vereadora Isabel Cardoso respondeu que se tratam de verbas de transição que se encontram abertas precisamente porque se vai iniciar o processo, podendo esses montantes serem rectificadas em Abril, uma vez que ainda não têm a previsão propriamente dita, realçando que o facto de deixar a rubrica em aberto foi para dar início a esses trabalhos de revisão do Plano Director Municipal.-----

O Vereador Miguel de Almeida pretendeu ver esclarecidas algumas questões relacionadas com a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, pois denotou um aumento muito significativo, relativamente ao orçamento do ano passado, pois mesmo considerando a dívida e o aumento da tarifa com início em Janeiro de 2010, existe uma diferença significativa no que diz respeito ao tratamento. Por outro lado, questionou relativamente à conservação e manutenção de espaços verdes verificando que houve uma redução de quase para metade, bem como também sucedeu com a limpeza das praias, referindo que gostaria de perceber como é que se chegam a estes valores.-----

O Presidente solicitou ao Director do Departamento Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, Dr. Victor Pereira, que elucidasse o Vereador Miguel de Almeida quanto à questão da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, tendo o mesmo explicado que tem a ver com o aumento da dívida transitada, sendo o valor da recolha de um milhão e quatrocentos mil euros e o tratamento anda à volta de um milhão e oitocentos mil euros.-----

O Vereador António Tavares interveio, esclarecendo que quanto à questão da



limpeza das praias irá ser feito exactamente o mesmo número de limpezas que foi feito nos anos anteriores, dizendo que a Vereadora Isabel Cardoso introduziu uma redução em termos percentuais aplicada a um orçamento que partiu de uma base zero, após ter questionado os Serviços acerca dos valores que estariam envolvidos, concluindo que não irá haver qualquer redução em termos do objecto da prestação de serviços, a mesma situação se irá passar com os espaços verdes. - O Director do Departamento Administrativo Financeiro e de Recursos Humanos, Dr. Victor Pereira acrescentou que estes valores incorporam a dívida transitada, se a dívida transitada diminui, naturalmente que a dotação final também diminui. --- Relativamente à limpeza da praia referiu que está consignada uma dotação, em função do valor do contrato que está em curso, e o último ano do contrato termina em 2010, sendo que a dotação incorpora também a dívida transitada. Esclareceu que para 2010, é menor a dívida transitada do que aquela transitou de 2008 para 2009, pelo que a diferença está aí. -----

O Vereador Vítor Coelho revelou ir abordar duas questões, sendo que a primeira tem a ver com a verba imputada neste orçamento para obras de adaptação da Fracção "H" da Esplanada Silva Guimarães para a instalação da Figueira Grande Turismo, é uma verba de cento e trinta e cinco mil euros que lhe parece que face à situação actual e com constrangimentos de carácter financeiro, poderá ser eventualmente ultrapassada se a Figueira Grande Turismo utilizar, por exemplo, as instalações da Casa do Paço, instalações que estão prontas, acessíveis, centrais e não necessitam de obras. Julga ser descabido este custo concretamente para este fim. A outra questão tem a ver com os protocolos dos contratos no âmbito do apoio às colectividades e aos clubes, pelo que se apercebeu mantêm-se mais ou menos semelhantes ao dos anos anteriores, referindo saber que está previsto no actual executivo fazer alguns acertos a este nível, perguntando em que moldes é que irão ser feitos esses acertos, revelando saber, inclusivamente, que irá ser elaborado um regulamento para esse fim. -----

A Vereadora Teresa Machado iniciou a sua intervenção fazendo alusão ao valor de duzentos e trinta e três mil euros para a reabilitação do Castelo Silva Guimarães, pretendendo saber se o que será feito é relativamente aquele espaço ou se também aos edifícios adjacentes, salientando também que não viu incluído neste orçamento o Centro Cultural de S. Pedro. -----

A Vereadora Isabel Cardoso elucidou que se pretende fazer um arranjo no chamado *meeting point*, porque se entendeu que estrategicamente o sítio onde devia estar



instalada a Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal devia ser naquela zona, um pouco como antigamente, onde sempre esteve o posto de turismo. A Casa do Paço poderia ser uma hipótese, e nenhuma dessas hipóteses ainda se encontram fechadas, porém, explicou que o Município tem um espólio que tem a ver com a colecção Caetano e que dadas as obras do Paço de Maiorca, se terá de numa primeira fase, abrir ao público e colocar na Casa do Paço, para não estarem armazenadas a monte e a deteriorar-se.-----

O Vereador Vítor Coelho discordou da opinião da Vereadora Isabel Cardoso, concordando que o espólio tem de ser guardado mas que lhe parece que poderia ser utilizado para esse fim, uma parte disponível do Museu ou o edifício da Figueira Grande Turismo, pois cento e trinta e cinco mil euros é uma verba que lhe parece exagerada quando há um espaço disponível no centro da cidade perfeitamente adaptável, uma vez que as obras estão feitas.-----

A Vereadora Isabel Cardoso interveio, dizendo que é uma questão que está em avaliação, daí estar inscrita essa rubrica. Quanto aos protocolos embora seja sua intenção revê-los, alguns estão em vigência e têm de ser contemplados neste orçamento. Em relação ao Núcleo Cultural de São Pedro, efectivamente não foi considerado, foi retirado porque era um custo demasiado elevado face ao financiamento proveniente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Acrescentou que se tentou complementar com uma candidatura ao Instituto de Turismo, porém essa candidatura não foi aprovada, pelo que se entendeu que sem essa contrapartida para ajudar, esta Câmara Municipal teria outras prioridades e não poderia neste momento acolher e desenvolver esse projecto.-----

Relativamente ao Castelo da Esplanada Silva Guimarães, a Vereadora Isabel Cardoso esclareceu que tem a ver com uma questão de segurança pública, que as fachadas, tanto quanto lhe foi dado conhecimento pelos serviços técnicos, ameaçam ruir e existe o receio de que caíam em cima de alguém e causem acidentes graves, por essa razão se contemplou uma verba para tentar reforçar a fachada e o telhado, para escoramento.-----

O Presidente interveio, dizendo a questão do Castelo Silva Guimarães, terá de ser equacionada de uma forma global, porque estando obrigados a manter os níveis de segurança e sendo a manutenção dos níveis de segurança quase com um custo semelhante à intervenção ao nível das obras, julga que o assunto deverá ser devidamente ponderado.-----

O Vice-Presidente realçou que relativamente aos protocolos, está em causa o



facto de os mesmos serem tacitamente renovados e por isso devem ser racionalizados. Em seu entender, todos os Vereadores têm como objectivo reduzir a despesa. Referiu que os protocolos rondam os setecentos mil euros, que se irá fazer um projecto de regulamento para ser discutido entre todos de forma a racionalizar esses protocolos, colocar à discussão dos beneficiários desses protocolos e posteriormente implementá-los, sendo seu objectivo que haja uma posição de grande unanimidade e por isso o valor que consta neste orçamento é meramente indicativo.-----

O Presidente revelou que este foi um documento que teve de ser efectuado num prazo de 30 dias, implicou um esforço bastante acentuado dos quadros técnicos, reconhecendo e agradecendo o empenho do Director do Departamento Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, Dr. Victor Pereira.-----

**A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Presidente, Vice-Presidente e Vereadores Isabel Cardoso e António Tavares, três abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, Teresa Machado, Miguel de Almeida e João Armando e dois votos contra dos Vereadores do Movimento "Figueira 100%", Vítor Coelho e Vítor Guedes, aprovar o seguinte:-----**

- As Grandes Opções do Plano para 2010-2013 e Orçamento para o ano de 2010;-----
- Autorizar a contratar empréstimo de curto prazo no ano de 2010, até ao limite máximo legal, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;-----
- O Mapa de Pessoal para 2010, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;-----
- A transferência de competências para as Juntas de Freguesia do Concelho da Figueira da Foz, conforme indicado no artigo 3.º, do Capítulo III, da Introdução do Orçamento de 2010, ao abrigo do disposto na alínea s), do n.º 2, do artigo 53.º e do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República;-----
- Submeter a presente proposta e os respectivos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º da citada Lei.-----

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

O Vereador Vítor Coelho, em nome dos Vereadores do Movimento Figueira 100%,



apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----  
"O Orçamento que é apresentado aos Figueirenses pelo Executivo camarário é um orçamento expansionista.-----  
Poder-se-ia invocar em sua defesa o facto de apresentar valores inferiores aos de 2009, porém tal argumento é inconsequente.-----  
O orçamento de 2009 não é mais que um orçamento eleitoral, sendo por isso natural que o de anos subsequentes apresentem valores inferiores, sem que daí advenha, necessariamente, substancial melhoria no que respeita ao rigor que devem apresentar os orçamento em geral, e o de organismos públicos em particular.-----  
Na verdade, o presente orçamento nada, ou quase nada difere do orçamento apresentado no ano de 2008 pelo anterior executivo camarário PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, e também ele, como à semelhança dos anteriores, claramente expansionista;-----  
Neste, a verba inscrita a título de Receitas Correntes e de Capital era de 76.090.000,00 euros, a verba inscrita a título de Despesas Correntes e de Capital era de 76.191.128 euros.-----  
Agora e relativamente ao orçamento para 2010, nele se inscrevem, a título de Receitas Correntes e de Capital a verba de 68.080.000,00 euros e a título de Despesas Correntes e de Capital 68.080.000,00 euros.-----  
Tal como nos é apresentado este orçamento, verificamos que as Despesas Correntes absorvem totalmente as Receitas Correntes, sem que da gestão desta rubrica advenha para a Câmara qualquer *superavit* para afectar às despesas de Capital.---  
Por sua vez, as Receitas de Capital são totalmente irrealistas, bastando-nos para aferirmos tal irrealismo atentarmos aos valores correspondentes à taxa realização das Receitas de Capital relativa à Venda de Bens de Investimento, relativas aos anos de 2008 foi de 12,40% ( Previsto 18.788.600,00 / Realizado 2.336.352 ) 2009 ( até Novembro ) foi de 3,90% ( Previsto 10.961.402 / Realizado 430.982,00 ).-----  
Como podemos agora expectar a realização de cerca de 26.000.000,00 de euros para financiamento das Despesas de Capital inscritas em sede de Orçamento?-----  
Ou seja, estamos perante um Município cuja cobrança de impostos e taxas se destinam ao pagamento de despesas de funcionamento e salários, apresentando-se também completamente endividado e estagnado a fornecedores e a Bancos.-----  
O Município da Figueira apresenta, no anos de 2008 e 2009 e relativamente ao



saldo entre Receitas e Despesas um valor e em cada um dos indicados anos, superior a 20.000.000,00 de euros negativos.-----

Esta pernicioso situação, que não sofre qualquer alteração com este Orçamento, afigura-se-nos insustentável e é demonstrativa de que o Município da Figueira da Foz se tem vindo a financiar e endividar junto da Banca e perante fornecedores, a quem não paga.-----

Não descortinamos, da análise deste orçamento, qualquer esforço, redução da Despesa e muito particularmente da de Capital por forma a viabilizar financeiramente a Câmara e então sim libertar fluxos que permitam desenvolver a sua actividade de serviço público com os menores constrangimentos de ordem orçamental possíveis.-----

Este Orçamento opõe-se, em absoluto, aos parâmetros que reputamos essenciais em toda a prática da coisa pública: Verdade e Rigor.-----

Razão porque contra ele manifestamos a nossa total oposição, com consequente voto contra.”.-----

O Vereador Miguel de Almeida apresentou também a seguinte Declaração de Voto:---

“A proposta de Plano e Orçamento para 2010, submetida à apreciação da Câmara Municipal da Figueira da Foz, motiva um número de reflexões e apreciações.-----

Enquanto instrumento que deveria dar orientações claras sobre as políticas que se pretendem implementar, o documento fica aquém do esperado e desejado. Com efeito, as chamadas Grandes Opções do Plano 2010-2013, não são mais do que uma lista de iniciativas que se pretendem levar a efeito (a maior parte delas em 2010). Não se pode por isso dizer que se esteja na presença de um Plano onde estejam expressas as principais prioridades, objectivos a perseguir e mesmo estratégias de intervenção. Poder-se-á pois dizer que falta “intenção estratégica” no documento apresentado: Que ideias para a dinamização da actividade económica (e consequentemente o emprego)? Que ideias para garantir a modernização dos Serviços e melhorar o serviço aos cidadãos? Que prioridades no domínio da Gestão Urbanística e do Ordenamento do Território? Que políticas para a Juventude ou para a Cultura?... Esta falta de indicação sobre o Rumo que se quer seguir é tão mais desapontante quanto, estando no início de um mandato autárquico, se esperaria verem vertidas num Plano as principais opções que estiveram na base nas escolhas feitas pelos Figueirenses.-----

No que respeita ao Orçamento para 2010, reconhece-se o esforço na contenção das despesas, mesmo que os principais valores onde elas se fazem sentir digam



respeito a rubricas a merecer reflexão como é o caso de algumas obras nas freguesias e do Centro Desportivo de Buarcos. Por outro lado, o investimento no domínio da Acção Social parece ser claramente insuficiente num contexto socioeconómico que se vem revelando cada vez mais grave. No mais, verifica-se que, no essencial, se segue uma linha de alguma continuidade dos orçamentos anteriores.-----

Tendo em conta as razões apontadas mas também o sentido de responsabilidade que é necessário cultivar num contexto da existência de um executivo minoritário na gestão da Câmara Municipal da Figueira da Foz, os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata decidem abster-se na votação do Plano e Orçamento 2010.”-----

**11 - FIGUEIRA GRANDE TURISMO, ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL**

**11.1 - FIGUEIRA GRANDE TURISMO, ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL -  
PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2010**

Pelo Presidente foram apresentados o Plano de Actividades e Orçamento da Figueira Grande Turismo - Entidade Empresarial Municipal, para o ano de 2010, documentos que ficarão devidamente arquivados naquela Entidade Empresarial Municipal, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

O Administrador-Executivo da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, Dr. Pedro Malta, iniciou a sua intervenção referindo que o Orçamento e Plano de Actividades para 2010 enquadra a revogação do contrato de gestão relativo ao Centro de Artes e Espectáculos(CAE).-----

Considerou que o Centro de Artes e Espectáculos é um grande aglutinador de custos, e embora os proveitos também existam, os custos são mais evidentes, pelo que deixar de ter a gestão do Centro de Artes e Espectáculos diminui toda a estrutura da demonstração de resultados, isto é, os custos e proveitos, dizendo que os dados aqui apresentados referentes ao orçamento para 2010, seriam incomparáveis com os de 2009 do ponto de vista das demonstrações financeiras, que foram apresentadas de acordo com a introdução do novo Sistema de Normalização Contabilística, o que obrigou a refazer toda a perspectiva financeira para 2010 e a conversão de toda a informação financeira.-----

Acrescentou que devido ao pouco tempo que o Conselho de Administração teve para elaborar este Orçamento, partiu de um pressuposto de “Orçamento base Zero”. Revelou que ainda assim se conseguiu chegar a uma estrutura de custos que lhe parece ir ao encontro também das possibilidades da Câmara Municipal, accionista



única desta empresa.-----  
Acrescentou, que para o ano de 2010 a Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, pretende celebrar um contrato-programa com o Município da Figueira da Foz para financiar um conjunto de actividades e também alguns custos de estrutura, tendo em conta as possibilidades do accionista, por entender não valer a pena assinar um contrato-programa por um valor que depois o accionista não tem capacidade para suportar, criando assim uma ilusão na empresa e dificuldades ao accionista.-----  
Afirmou que o Conselho de Administração chegou a um valor para o ano de 2010, que o accionista estava disposto a contabilizar, e foi com base nesse montante que se preparou este Orçamento que mantém todas actividades dos anos anteriores, nomeadamente o Fim de Ano, o Carnaval, as Festas da Cidade, a Animação de Verão, enquadrando também algumas parcerias já estabelecidas, nomeadamente na promoção e divulgação da gastronomia da região, do rali de fim de ano, etc.-----  
Explicou que existem um conjunto de entidades privadas no Concelho que estão interessadas em participar nas actividades, e apesar de já terem sido estabelecidos alguns contactos os montantes ainda não foram discutidos. Isto levaria a que os custos sejam compensados com a receita, libertando receitas para a realização de outros eventos. Esclareceu que outra hipótese seria as próprias entidades privadas simplesmente patrocinarem toda a actividade, cabendo à Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal a parte da promoção ou mesmo hipoteticamente a do financiamento de toda as actividades, dependendo também das actividades que se está a falar e do próprio interesse dos privados.-  
Salientou que o Orçamento é realista e que também não desonera a Figueira Grande Turismo da responsabilidade de ir captar investimento para a realização das actividades correntes.-----  
Do seu ponto de vista, caso não se consiga arrecadar o montante que se prevê com as entidades privadas, do ponto de vista de tesouraria, estar-se-á a falar aqui de duas realidades diferentes, pois o orçamento da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal é apresentado numa óptica económica mas também numa óptica de tesouraria, e na óptica de tesouraria é demonstrado que do ponto de vista do activo há aqui uma situação que espelha que a Câmara Municipal tem um passivo efectivamente grande, dado a empresa municipal ter realizado um conjunto de despesas e assinado contratos-programa, na expectativa de receber por parte de quem assina o contrato-programa e essa realidade está reflectida



nas contas.-----

Adiantou, também, que o rácio da empresa é dos melhores possíveis, pois o problema é a liquidez geral, não do ponto de vista do rácio, mas da capacidade de quem lhe deve, neste caso é o accionista, que também tem constrangimentos financeiros, perspectivando que se este tiver capacidade de cumprir as obrigações assumidas anteriormente, a entidade empresarial poderá chegar ao final do ano e apresentar um balanço completamente saneado.-----

O Administrador-Executivo, Dr. Pedro Malta, anunciou que no que diz respeito às actividades da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal para o ano de 2010, irá ser dada ênfase à criação de um painel de parceiros interessados em entrar em parcerias com a Figueira Grande Turismo e desenvolver e promover a marca Figueira da Foz, pretendendo-se, ainda, fazer uma adequada gestão dos Postos de Turismo, articulando-os de forma diferente com a própria cidade. Adiantou, também, ser intenção do Conselho de Administração mudar radicalmente a página da *internet*, porque lhes parece que neste momento já não vai ao encontro das boas práticas seguidas na *Web*. Do ponto de vista estratégico, irá ser aproveitado todo o trabalho feito anteriormente, porque há trabalho feito e é bastante meritório, no sentido de repensar o Plano Estratégico da Figueira em parceria também com a nova realidade, com o facto de se pertencer ao Turismo do Centro.-----

O Presidente interveio, referindo que espera que este Plano de Actividades cumpra o verdadeiro desígnio da empresa municipal, contribuindo para realçar a imagem da Figueira da Foz enquanto Concelho e área de elevado potencial para a prática de algumas actividades, como as que foram elencadas neste programa, porque tal potenciará uma imagem que poderá gerar incentivos e a ocorrência vários eventos, dando conta, inclusivamente, de várias propostas nesse sentido no domínio do *Râguebi*, do *Surf* e do *Triatlo*.-----

Revelou que este Executivo estará disposto a aceitar e articular todos os eventos com a Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, que tenham uma repercussão mediática e que pelas suas características se identifiquem com a cidade. Em relação ao *Râguebi*, julga ser uma actividade já inserida nos *spots* de praia, entendendo que essa iniciativa deve merecer acolhimento, até porque o pedido de participação parece bastante aceitável. No que concerne ao *Triatlo*, apesar de considerar que seria uma questão interessante, é uma modalidade incluída no domínio das cadeias mundiais e as



comparticipações que pedem são absolutamente excessivas.-----

O Presidente referiu que esta cidade tem circunstâncias particulares para a ocorrência de vários eventos, pela sua centralidade, pela acessibilidade que lhe é actualmente conferida e pelas características diversificadas no domínio da praia, de rio, de montanha, e pela própria cidade em si, considerando natural que se procure sempre o máximo de mediatização ao nível da comunicação social, porque é ela que depois gere a própria *sponsorização* dos eventos.-----

Tomou a palavra o Vereador Miguel de Almeida saudando, em primeiro lugar, o Administrador-Executivo, Dr. Pedro Malta, pela forma clara como apresentou a exposição, exaltando também a forma entusiástica como o fez. Quanto à situação financeira da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, considerada anteriormente tão grave, disse não perceber como é que em menos de trinta dias o Administrador-Executivo conseguiu resolver o problema da empresa, afirmando ser preciso uma paciência evangélica para continuar a ouvir esta divergência de opiniões entre o passado e o presente.-----

Revelou pretender colocar três questões, com base na análise feita à demonstração dos resultados previsionais, para o ano de 2010, questionando em primeiro lugar, qual a proveniência de 413.000,00 € de rendimentos suplementares e qual é a expectativa que o Dr. Pedro Malta tem dos 753.000,00 € que dão corpo ao orçamento. Sem prejuízo de ter, nomeadamente, um plano municipal de turismo que lhe parece muito interessante e que faz todo o sentido que seja desenvolvido, mencionou que se deverá começar por criar um Plano Director Municipal para o Turismo, para ficarem definidas quais as estratégias que a Figueira da Foz tem de seguir nesta matéria. Em termos de actividades (Carnaval, Passagem de Ano, Festas da Cidade) comparou o que se está a fazer actualmente com o que já foi feito no passado, considerando que se deveria investir mais nas Férias de Turismo de forma a captar novos mercados.-----

Acrescentou que o orçamento apresentado pela Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, quer se concorde com ele ou não, tem uma vantagem relativamente ao orçamento da Câmara Municipal, pois tem uma introdução e uma estrutura que revela a linha orientadora da empresa, ainda que muito semelhante ao que tem vindo a ser desenvolvido pela Entidade Empresarial Municipal em anos anteriores e, numa altura, em que a Câmara Municipal afirma pretender reestruturar a empresa, esperar-se-ia talvez um pouco mais.-----

Acrescentou que em termos de actividades, lhe parece estar tudo de acordo com o



estabelecido, com a excepção da realização do evento da “Gala dos Pequenos Cantores” que gostaria de ver retomada, por considerar que a organização deste tipo de eventos não é assim tão dispendioso. No que diz respeito à promoção externa da Figueira da Foz e à captação de alguns eventos, o plano de actividades peca por não ser mais audacioso, sendo essa a razão por que os Vereadores do Partido Social Democrata se irão abster nesta matéria.-----

O Presidente esclareceu que o Plano de Actividades contempla os grandes objectivos, os grandes eventos, podendo, ainda, ser concretizados mais uma série de outros, eventualmente a Gala dos Pequenos Cantores e até o Mundial de Surf, se o custo for razoável e trazer um benefício em relação até à promoção das actividades náuticas, referindo que este último evento está adjudicado a empresas e tem um custo excessivo. Nesse caso, em principio, a Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal e a Câmara Municipal abraçarão esse projecto.-----

Continuou, lembrando que em Peniche o evento do Mundial de Surf correu mal e implicou uma despesa de 700.000,00 € para a Câmara Municipal, apontando que a suceder essa eventualidade, este Executivo não teria condições para suportar tal despesa. Concluiu, considerando que em quinze dias não se consegue uma contratualização razoável, informando que ainda irão decorrer negociações e contactos para ponderar a razoabilidade dos projectos apresentados e, nessa altura, dará conta do resultado obtido.-----

O Administrador-Executivo, Dr. Pedro Malta, interveio prestando esclarecimentos relativos a diversas Contas de Ganhos constantes da Demonstração de Resultados, designadamente valores que se relacionam com subsídios obtidos em exercícios anteriores e que a sua relevância na Demonstração de Resultados é meramente contabilística, não reflectindo quaisquer movimentos de tesouraria.-----

O Vereador Vítor Guedes, considerou que se deve colocar a questão de análise custo/benefício desta empresa municipal, tema já abordado noutra reunião de Câmara, pois da observação feita ao Plano de Animação e Promoção, considera que a mesma existe somente para a promoção de praticamente três eventos: o Carnaval, as Festas da Cidade e a Passagem de Ano, o que considera ser demasiado pouco para justificar a existência de uma empresa municipal.-----

Realçou compreender não ter havido tempo para enriquecer este Plano de Animação, mas é esse enriquecimento do plano de animação que justifica a existência da própria empresa, isto é, não se justifica ter uma empresa municipal com os



custos que daí advêm, para se promoverem somente aquelas três actividades.-----  
Constatou que existe uma verba de 50.000,00 € para Animação de Verão, entendendo que se deve promover a quebra da sazonalidade, parecendo-lhe importante a criação de mais eventos ao longo do ano, para atrair mais gente à cidade. Julga que a empresa se dedica mais às acções promocionais no próprio verão, cujo peso económico é enorme, do que no resto do ano, esperando que esta situação seja devidamente analisada de forma a poder constatar a viabilidade ou do interesse desta empresa municipal.-----

Relativamente à intenção do Conselho de Administração da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal de abrir concurso público para a Piscina de Mar, o Vereador Vítor Coelho revelou ter sérias dúvidas que tal se venha a concretizar, uma vez que está prevista a sua concessão por um período determinado no Verão de 2010, não sendo expectável que o concurso público fique concluído até esse período.-----

O Vereador Vítor Guedes interveio de novo pedindo esclarecimentos relativamente à redacção da cláusula 2.ª do contrato-programa, que lhe suscitou algumas dúvidas.-----

O Presidente respondeu que julga estarem criadas as condições para aferir o custo/benefício da empresa e que é com este Plano de Actividades e com esta administração que se vai testar. Quanto à questão dos 50.000,00 €, é uma verba de suporte a todos os eventos para que se possam levar a cabo, isto apesar de saber que todos os eventos serão tendencialmente auto-sustentados, todavia haverá sempre acertos a fazer.-----

O Administrador-Executivo da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, Dr. Pedro Malta, mostrou-se receptivo a aceitar certos ajustamentos por parte dos Vereadores não executivos e dos executivos, de forma a melhorar este novo projecto que ainda agora se começou a delinear, dado o reduzido tempo que tiveram. Disse, ainda, que o Conselho de Administração tem um conjunto de ideias, mas que apresentá-las neste momento seria completamente extemporâneo, porque ainda não estão firmadas e, nesse caso, seria onerar as expectativas das pessoas.-----

**A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e cinco abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, Teresa Machado, Miguel de Almeida e João Armando, e dos Vereadores do Movimento "Figueira 100%", Vitor Coelho e Vítor Guedes, aprovar o Plano de Actividades e Orçamento de 2010 da Figueira Grande**



**Turismo, Entidade Empresarial Municipal.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**11.2 - FIGUEIRA GRANDE TURISMO, ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL -  
NOMEAÇÃO DO FISCAL ÚNICO**

Pelo Presidente foi presente, para apreciação e votação, a proposta de nomeação do Fiscal Único da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, que se transcreve:-----

“1 - Considerando que o mandato dos órgãos estatutários da Figueira Grande Turismo - E.E.M. é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 5.º dos seus Estatutos;-----

2 - Considerando que a nomeação ou exoneração dos membros desses órgãos estatutários é da competência da Câmara Municipal da Figueira da Foz, ao abrigo do n.º 1 do artigo dos Estatutos já invocado e-----

3 - Considerando que após nomeação dos membros do Conselho de Administração na reunião de Câmara Municipal de 15/12/2009, importa subseqüentemente nomear o órgão estatutário Fiscal Único.-----

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º dos respectivos Estatutos, proponho que o órgão Estatutário do Fiscal Único da Figueira Grande Turismo - E.E.M seja constituído por:-----

Fiscal Único - Ribeiro, Pires & Sousa, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Representada pelo Dr. Rui Alberto Machado de Sousa;-----  
Suplente - Dr. Manuel Calvão Pires - Revisor Oficial de Contas n.º 672”.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a nomeação do órgão Estatutário do Fiscal Único da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal, constituído por:-----**

**Fiscal Único - Ribeiro, Pires & Sousa, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Representada pelo Dr. Rui Alberto Machado de Sousa;-----  
Suplente - Dr. Manuel Calvão Pires - Revisor Oficial de Contas n.º 672.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**12 - FIGUEIRA DOMUS - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE HABITAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL**

**12.1 - FIGUEIRA DOMUS - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE HABITAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2010**

Pelo Presidente foram apresentados o Plano de Actividades e Orçamento para 2010,



da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, documentos que ficarão devidamente arquivados naquela Entidade, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. O Presidente deu a palavra à Dr.ª Filipa Vaz Serra, para apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2010.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, tomou a palavra dizendo que a nível económico, o presente Plano de Actividades e Orçamento para 2010 está essencialmente marcado pela execução do Programa Prohabita.-----

Explicou que a candidatura ao programa Prohabita contempla, essencialmente, duas vertentes: a da aquisição e a da reabilitação, sendo certo que a introdução desta última permite que se dê cumprimento a um protocolo assumido em 2004, que implicava a aquisição de sessenta e quatro novos fogos no Empreendimento da Matiôa. Referiu que a partir do momento em que IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP permitiu que fosse incluído este protocolo na candidatura, possibilitou à empresa poupar cerca de dois milhões de euros, correspondente à comparticipação a fundo perdido a atribuir pelo referido Instituto. Por esse motivo, perspectiva-se um novo Bairro Social no Empreendimento da Matiôa, com sessenta e dois novos fogos e sessenta e dois novos agregados familiares, correspondente a um investimento de quatro milhões e oitocentos mil euros.-----

Continuou, dizendo que na componente de reabilitação para o ano de dois mil e dez, está prevista a reabilitação de cinquenta e dois novos fogos e que inclui o património, não só da empresa Figueira Domus, mas também o do próprio Município, sob gestão da empresa, o que implica um investimento total de um milhão e trezentos mil euros, com a comparticipação a fundo perdido de setecentos mil euros por parte do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP. Mencionou que a restante verba será assumida através do empréstimo bonificado, com juros mais baixos, prevendo-se, deste modo, um aumento das vendas e dos serviços prestados, com um conseqüente aumento das receitas próprias com a introdução de novos agregados familiares.-----

Referiu que se pretende, também, continuar o processo de recuperação das dívidas dos arrendatários, que têm vindo a decrescer consideravelmente ao longo do último ano e meio, tendo passado de 40% para 25% actualmente, esperando atingir,



no próximo ano, o valor dos 16%, sendo certo que o processo irá continuar, na medida em que para a empresa, 16% de arrendatários devedores é ainda uma percentagem elevada. Deixou claro que isto implica tempo e que estão a ser efectuados acordos de pagamento com os diversos arrendatários, que são famílias carenciadas e que, por esse motivo, não têm condições para pagar a dívida por inteiro.-----

Salientou, ainda, que a nível económico têm um aumento dos custos na rubrica dos Recursos Humanos, essencialmente porque a nova legislação assim o obriga, uma vez que a partir de agora, os encargos com os salários dos funcionários destacados da Câmara e que estejam a prestar serviços na Empresa Municipal, têm que ser assumidos pela própria entidade.-----

Frisou que apesar da execução do programa Prohabita marcar todo o Plano de Actividades do próximo ano, não irão descurar a actividade social que tem vindo a ser feita na empresa. Assim, é intenção continuar com os projectos de intervenção social, que têm sido muito bem sucedidos e que proporcionam, não só uma proximidade entre a empresa e os próprios arrendatários, como também melhora o ambiente nos bairros sociais e as relações de vizinhança. Enfatizou que, com a integração de sessenta e duas novas famílias no Bairro Social da Matiôa, irá implicar um acréscimo de trabalho para as técnicas de serviço social, porque não basta apenas fazer a atribuição das casas, é preciso preparar e integrar as famílias, uma vez que muitas vêm de acampamentos e nunca habitaram uma residência.-----

Informou que no próximo ano também se prevê a conclusão do sistema de certificação da qualidade, que está a reestruturar toda a empresa, não só a nível de procedimentos internos como documentação e técnicas de trabalho, e que pretendem que seja concluído em meados do próximo ano.-----

Referiu, ainda, que também se está a negociar com algumas entidades a elaboração de protocolos, para além dos que já existem e que pretendem manter, com vista a estabelecer parcerias que permitam dar resposta às diversas problemáticas sociais, salientando que neste momento se encontram em negociações com a EPIS - Associação dos Empresários pela Inclusão Social, no sentido de melhorar não só o nível de instrução dos arrendatários, como aumentar e incrementar o sucesso escolar nos diversos bairros.-----

O Presidente agradeceu a explicação dada pela Dr.ª Filipa Vaz Serra, e disse que não tem qualquer esclarecimento a pedir e, na sua opinião, a empresa cumpre com



um dos objectivos do Executivo da Câmara e vê, com agrado, que acolhe o espaço de intervenção social necessário à integração dos moradores.-----

O Vereador Vítor Guedes interveio dizendo que de acordo com a demonstração de resultados, em Dezembro de dois mil e nove prevê-se uma receita no montante de 1.841.757,96 € (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e seis cêntimos) e em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, de 2.237.903,93 € (dois milhões, duzentos e trinta e sete mil novecentos e três euros e noventa e três cêntimos), ou seja, um aumento no montante de 396.146,00 € (trezentos e noventa e seis mil cento e quarenta e seis euros). Perguntou de onde vem esta receita, a que se reporta, qual a sua natureza e como é que se decompõe. Porque, pela análise dos rendimentos e gastos, apenas constata a existências de vendas e serviços prestados, questionando a que se referem.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira Da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, explicou que esta rubrica engloba as prestações de serviço e o aumento abrange, não só o aumento das receitas próprias, pelo facto de haver mais rendas emitidas, que se deve ao alargamento do leque de arrendatários, como também à verba obtida através dos contrato-programas estabelecidos com a Câmara Municipal, que resultam da delegação de competências na empresa municipal.-----

O Vereador Vítor Guedes questionou como é que se chega ao valor de 396.000,00 €, porque não consegue perceber como é que com aumentos de rendas chegaram a esse número, uma vez que, da análise feita, vê que existe um valor que diz respeito a contratos-programa e no que concerne a subsídios à exploração a rubrica está a zero.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu que esse facto é uma boa notícia para a própria Câmara, que não precisa de cobrir prejuízos da empresa, uma vez que não se prevêem que venham a existir.-----

O Vereador Vitor Guedes voltou a questionar o facto da rubrica dizer “vendas e serviços prestados” e não falar em recebimentos, ou seja, não diz receitas da Câmara, ou subsídios da Câmara, mas refere vendas e serviços prestados que, na sua opinião, se refere às rendas.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de



Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, discordou dizendo que na elaboração de documentos contabilísticos, se está a seguir as próprias normas contabilísticas. No caso em concreto, esta rubrica na empresa municipal engloba, não só as receitas próprias, como também as transferências ao abrigo dos contratos-programa da Câmara. Como há um novo bairro, há um aumento das receitas próprias, o que leva ao estabelecimento de um novo contrato-programa, que será a diferença entre o valor técnico dos diversos fogos do empreendimento da Matiôa e o valor da renda apoiada, sendo que é nesse sentido que o total proporciona o aumento em questão.-----

O Vereador Vitor Guedes, concordou, mas questionou novamente como é que se chegou a esse valor, indagando se o montante que imputam às rendas é aquele que viu no orçamento, isto é, os 258.916,00 € (duzentos e cinquenta e oito mil novecentos e dezasseis euros).-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, retorquiu que o valor previsto para o aumento das rendas foi feito de acordo com os rendimentos das famílias que se prevê realojar no empreendimento da Matiôa. Informou que quando se inicia processo de realojamento de famílias, os Serviços da empresa reúnem todos os processos e identificam todos os rendimentos usufruídos e calculam, através do rendimento bruto, um rendimento corrigido que dá origem a uma renda apoiada e que varia consoante o rendimento das famílias. Explicou que o valor total das rendas apoiadas é para oito meses, porque a cobrança das rendas só será efectuada um mês após o realojamento. Portanto, a previsão é de que esse valor contempla apenas oito meses, mais o valor dos contratos-programa relativamente a esse empreendimento, que corresponde a diferença entre o valor técnico estabelecido para cada fogo e o valor da renda apoiada.-----

O Vereador Vitor Guedes perguntou se o rendimento dessas famílias, que dão origem a esta previsão de receitas, é sensivelmente igual ou superior ao das que estão alojadas.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu que é sensivelmente igual.-----

O Vereador Vitor Guedes, depois de uma chamada de atenção feita pelo Presidente, relativamente à forma como estava a interpelar a Administradora-Executiva da



Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira Da Foz, Entidade Empresarial Municipal, respondeu que a sua função é de fiscalizar e a do Presidente é de orientar a reunião, mas não aceita que lhe diga o que deve ou não deve perguntar.-----

O Presidente esclareceu que o Regimento da Câmara diz que os esclarecimentos devem ser pedidos de uma forma sintética e de uma só vez.-----

O Vereador Vítor Guedes pediu que, nesse sentido, o deixasse fazer as perguntas. O Presidente retorquiu que só estava a chamar a atenção, porque para além do Vereador fugir um pouco ao procedimento do Regimento, o põe à revelia e à margem da sua intervenção.-----

O Vereador Vítor Guedes, pedindo desculpas, disse só estar a discutir a demonstração de resultados, porque há uma série de rubricas que lhe suscitam algumas dúvidas.-----

O Presidente reiterou que apenas pede o cumprimento do Regimento.-----

O Vereador Vítor Guedes continuou, dizendo que a questão que colocou é tão simples e prende-se com o facto da Dr.ª Filipa Vaz Serra dizer que os rendimentos são sensivelmente semelhantes, quando o Vereador António Tavares, lhes diz que as receitas da Figueira Domus são de oitocentos mil euros relativas a rendas, para um investimento de cerca de dezoito milhões de euros. E agora os quatro milhões e meio de euros, que dão um rendimento de cerca de 4,5%, estão a potenciar um rendimento de quase 10%.-----

O Vereador António Tavares contrapôs alertando que se está a falar numa realidade de sessenta e dois novos fogos, tendo o Vereador Vítor Guedes respondido que são quatro milhões e meio de euros de investimento.-----

O Vereador António Tavares retorquiu que não são só as famílias que já estavam alojadas a satisfazer pagamento.-----

O Vereador Vítor Guedes respondeu que só estava a questionar porque lhe pareceu que este valor é um pouco desproporcionado, ou seja, se para o mesmo rendimento as pessoas já realojadas, a que corresponde um investimento de dezoito milhões de euros, que potencia uma receita de oitocentos mil, um investimento de quatro milhões e meio potencia uma receita de duzentos e cinquenta e oito mil, reflecte uma disparidade muito grande em termos de receita.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, retorquiu que essa comparação não pode ser efectuada nesses termos porque



não estão a considerar o mesmo denominador. O valor da renda técnica difere de empreendimento para empreendimento. Portanto, quando falam no valor dos contratos-programa, falam da diferença entre o valor da renda técnica e o valor da renda apoiada, sendo certo que, neste caso, o valor da renda técnica será mais elevado e daí o aumento na rubrica em causa.-----

O Vereador Vítor Guedes afirmou que estava esclarecido quanto a essa questão e indagou, de seguida, se também faz parte dos rendimentos da empresa as vendas de fracções e se elas estão inscritas em sede de orçamento.-----

O Presidente apelou, novamente, ao Vereador no sentido de fazer as suas intervenções no âmbito do Regimento, porque, caso contrário, entram numa discussão demasiado técnica, que foge um pouco ao âmbito da discussão da Câmara.

O Vereador Vítor Guedes respondeu que o Presidente tem muito mais experiência do que ele e, por isso, pede-lhe que indique como deve pôr as questões e tentará segui-las.-----

O Presidente pediu que o Vereador faça uma só intervenção, sugerindo que no pedido de esclarecimento elenque todas as questões para a Dr.ª Filipa Vaz Serra responder de uma só vez porque, caso contrário, ficam no âmbito do esclarecimento/resposta até que se possa entrar na discussão de outro ponto. Disse que não pretende ser muito rigoroso, mas apenas fazer uma chamada de atenção.-----

O Vereador Vítor Guedes continuou, dizendo que foi dito que havia uma mora de 40% no pagamento das rendas e que agora estava sensivelmente em 25%. Questionou se está pago, se está com contratos de pagamento diferidos ou como é que está em sede de orçamento.-----

Questionou, de seguida, se a Figueira Domus tem vendido algum do seu activo, uma vez que na última reunião de Câmara foi presente uma venda desse activo e, em caso afirmativo, onde é que neste orçamento estão reflectidas essas vendas de imobilizado. Explicou ao Presidente que só em função das respostas que lhe vão dando é que depois coloca novas perguntas. Parece-lhe que é muito mais consequente à medida que vai fazendo as perguntas ser esclarecido, para poder ver uma outra dúvida ser dissipada.-----

O Presidente respondeu que não faz questão que se siga à risca o Regimento, mas pediu que se tome em consideração que é uma reunião de Câmara, não é propriamente uma comissão especializada para detalhe coloquial sobre toda a actividade da Figueira Domus. No entanto, não tem nada a opor.-----



O Vereador Vítor Guedes retorquiu que não se trata de uma sindicância a toda a actividade.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu que a recuperação das dívidas dos arrendatários foram feitas de diversas formas, começando, de uma forma geral, por identificar os arrendatários devedores.-----

O Vereador Vítor Guedes referiu que não é esse pormenor que quer saber, mas sim como é que essa situação está reflectida em sede de orçamento.-----

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu que para explicar como é que essa verba está incluída no orçamento, vai ter de explicar, também, a forma como está a ser feita a recuperação das dívidas, pois de outra forma não será compreendida pelo Sr. Vereador. Prosseguiu, referindo que a recuperação das rendas em atraso está a ser feita de várias formas, nomeadamente, através de acordos de pagamento ou, então, através de pagamento imediato, designadamente, de alguns arrendatários que encontraram forma de pagar do imediato o valor da dívida. Para aqueles cujas dívidas são mais elevadas, tiveram de ser feitos acordos de pagamento, alguns deles, a vários anos. Disse que é algo que a empresa acompanha mensalmente e mesmo relativamente a ex-moradores/devedores, uma vez que essas rendas também estão a ser pagas e estão todas contidas na rubrica dos proveitos extraordinários que inclui, não só o valor recuperado das rendas em atraso, como também o valor dos juros de mora, que são cobrados a quem paga o valor da renda em atraso.-----

Disse, ainda, que têm tentado diligenciar diversas formas de vender o imobilizado da empresa, nomeadamente, no que concerne aos fogos do Bairro do Hospital, mas não tem sido fácil, porque a actual conjuntura do mercado imobiliário não permite vender com facilidade. Referiu que, no entanto, têm conseguido vender algum património, se bem que a venda tenha sido efectuada abaixo do valor contabilístico, uma vez que, depois de contas feitas, se aperceberam que o custo com a manutenção desse património, ainda por cima devoluto, não compensava. Por isso, preferiram baixar o preço e vender, a manter esse património na empresa.-----

O Vereador Vítor Guedes questionou onde é que se reflecte a existência desse



património e a venda do mesmo, em sede de demonstração de orçamento.-----  
A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu que está em custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas.-----  
O Vereador Vítor Guedes questionou se essa situação tem a ver com os duzentos e cinquenta e nove mil euros.-----  
A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, retorquiu que engloba vários procedimentos que estão a prever fazer no próximo ano, sendo que um deles será a venda de algumas casas no Bairro do Hospital.-----  
Mas como é vasto o valor contabilístico, esse valor agrava-se, e depois compensa com outras rubricas a diminuição do activo imobilizado.-----  
O Vereador Vítor Guedes indagou se a venda implica a diminuição do activo ao que a Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra respondeu afirmativamente, tendo o Vereador questionado se o custo das mercadorias vendidas corresponde a essa receita.-----  
A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, disse que não, explicando que há um agravamento, porque o valor de venda tem sido abaixo do valor contabilístico.-----  
O Vereador Vítor Guedes retorquiu que a questão que colocou não é essa, mas sim onde é que em sede de orçamento está o activo que a empresa vende.-----  
A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu que o activo está no património da empresa e que não há receita porque o valor da venda é inferior ao valor contabilístico.-----  
O Vereador Vítor Guedes perguntou se o que se perspectiva no Orçamento é a venda de património com prejuízo.-----  
A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu afirmativamente, uma vez que, mais uma vez esclarece, se aperceberam que os custos com a manutenção desses fogos, que estão devolutos,



levou a empresa a baixar o preço de forma a facilitar a venda, pois não compensa mantê-los no património com o preço de venda que o mercado não absorve.-----

O Vereador Vítor Guedes questionou de seguida a que é que se reporta a rubrica de um milhão, seiscentos e sete mil oitocentos e noventa euros de inventário.---

A Administradora-Executiva da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, Dr.ª Filipa Vaz Serra, respondeu que é precisamente o património relativo às casas do Bairro do Hospital que estão para venda, ou seja, se vendessem todas as casas pelo valor contabilístico seria esse valor usufruído.-----

A Vereadora Teresa Machado interveio, dizendo que estão esclarecidos, uma vez que o Vereador Vítor Guedes esteve a clarificar as suas dúvidas. Disse que, pela sua parte, conhece a empresa em profundidade e vai-se dispensar de fazer perguntas mas, poderia dizer que, num "momento histórico", vai ver o Vereador António Tavares a aprovar um orçamento da Figueira Domus, que é o Orçamento e o Plano de Actividades definido pelo anterior Conselho de Administração.-----

Concluiu, referindo que sendo um orçamento e um plano de actividades que resulta de um Conselho de Administração do qual foi Presidente durante 10 ou 11 meses, só pode votar a favor, pois outra coisa não seria de esperar, senão seria de todo incongruente e não estaria a ser séria. Afinal, o Conselho de Administração trabalhou bem e, também lhe apraz registar que este Executivo o reconheceu ao fim de tantos anos, uma vez que o Vereador António Tavares nunca votou a favor.-

O Presidente, de seguida, colocou à votação o Plano de Actividades e Orçamento para 2010 da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal.-----

**A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e quatro abstenções, dos Vereadores do Partido Social Democrata, Miguel de Almeida e João Armando e dos Vereadores do Movimento "Figueira 100%", Vítor Coelho e Victor Guedes, aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2010, da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**12.2 - FIGUEIRA DOMUS - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE HABITAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL - NOMEAÇÃO DO FISCAL ÚNICO**

Pelo Presidente foi presente, para apreciação e votação, a proposta de nomeação



do Fiscal Único da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, que se transcreve:-----

“1 - Considerando que o mandato dos órgãos estatutários da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira das Foz, Entidade Empresarial Municipal é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 5.º dos seus Estatutos;-----

2 - Considerando que a nomeação ou exoneração dos membros desses órgãos estatutários é da competência da Câmara Municipal da Figueira da Foz, ao abrigo do n.º 1 do artigo dos Estatutos já invocado e-----

3 - Considerando que após nomeação dos membros do Conselho de Administração na reunião de Câmara Municipal de 02/12/2009, importa subseqüentemente nomear o órgão estatutário Fiscal Único.-----

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º dos respectivos Estatutos, proponho que o órgão Estatutário do Fiscal Único da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal seja constituído por:-----

Fiscal Único - Sebastião A. P. Carriço & Carlos A. M. Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada pelo Dr. Carlos Alberto Marques dos Santos;-----

Suplente - Dr. Sebastião António Pires Carriço - Revisor Oficial de Contas n.º 374”.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal, de nomeação do órgão Estatutário do Fiscal Único, constituído por:-----**

**Fiscal Único - Sebastião A. P. Carriço & Carlos A. M. Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada pelo Dr. Carlos Alberto Marques dos Santos;-----**

**Suplente - Dr. Sebastião António Pires Carriço - Revisor Oficial de Contas n.º 374.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente declarada encerrada a reunião eram vinte horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Câmara Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo



Secretário, nos termos da Lei.-----